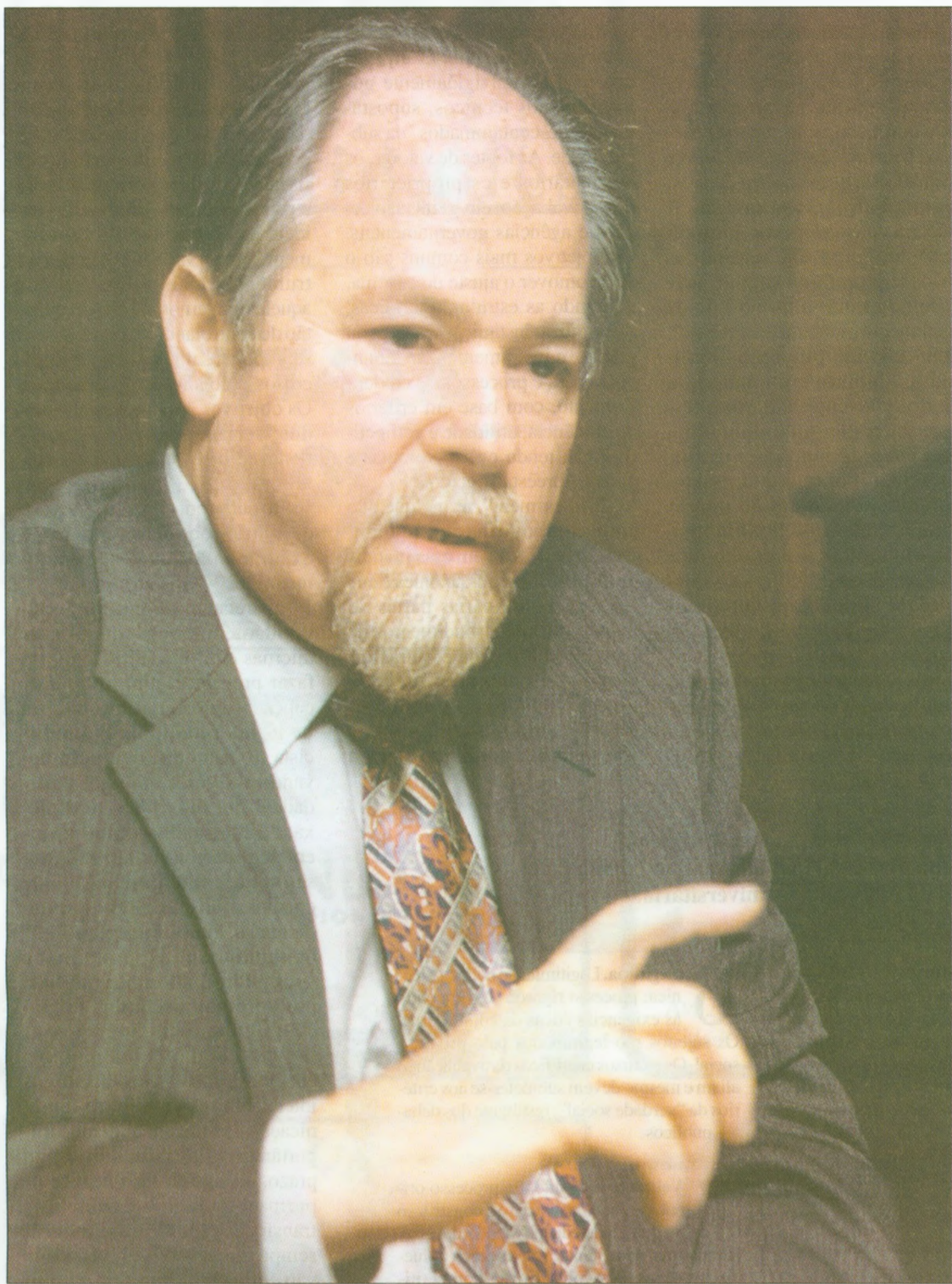


# Jornal da Unicamp



O reitor da Universidade de São Paulo, professor Jacques Marcovitch

## O que há no horizonte da universidade pública?

A universidade pública brasileira está diante de pelo menos dois grandes desafios: a crise de financiamento do Estado e a aceleração das mudanças tecnológicas e culturais. A primeira será resolvida no âmbito das relações com o poder constituído, enquanto a segunda exigirá adequações curriculares e uma alteração progressiva das relações entre professor e aluno. Estes são alguns dos temas tratados pelo reitor da Universidade de São Paulo, professor Jacques Marcovitch, em seu livro *A Universidade (Im)possível*, recém-lançado em São Paulo. Nesta entrevista, Marcovitch trata desses e de outros assuntos, como a proliferação de escolas de ensino superior privado que, segundo ele, frequentemente se limitam a seguir “a lógica do mercado”. O reitor analisa também a situação das universidades estaduais paulistas e em particular o que ele chama de “os tendões sensíveis da autonomia”: a questão dos inativos e o problema dos precatórios. **Páginas 6 e 7**

### TECNOLOGIA

## Unicamp desenvolve músculo sintético

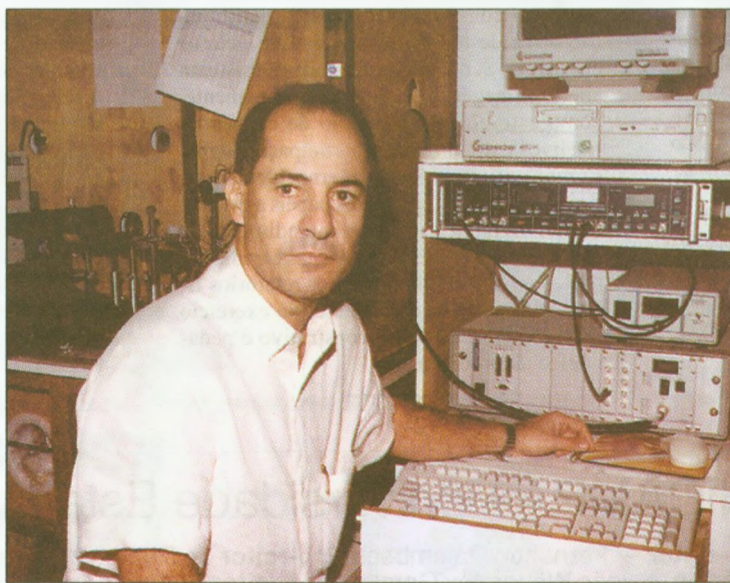
### Fibras musculares sintéticas garantem vasta aplicação tecnológica

**P**esquisa realizada na Unicamp em colaboração com cientistas da Universidade Basca, em San Sebastián, na Espanha, poderá revolucionar o desenvolvimento de fibras musculares sintéticas movidas à eletricidade destinadas à automação industrial. O dispositivo eletromecânico ou músculo sintético, como vem sendo chamado o produto, se difere dos demais modelos já produzidos porque trabalha ao ar livre e a seco, ao contrário dos tradicionais que somente funcionam imersos em soluções líquidas.

As aplicações tecnológicas para o produto são vastas. Num primeiro momento, segundo o coordenador da pesquisa na Unicamp, Marco-Aurélio De Paoli, do Laboratório de Políme-

ros Condutores e Reciclagem do Instituto de Química, em curto prazo o emprego dos músculos artificiais seria na construção de robôs. Outra aplicação imediata seria em microrobôs e máquinas que usam motores elétricos, pois os dispositivos poderiam ser reduzidos à escala dos milímetros.

Existem também projetos nos Estados Unidos (EUA) para a utilização em trajes reforçados para o Exército e para a Nasa (agência espacial norte-americana). Nessa situação, os músculos sintéticos permitiriam melhor movimentação do astronauta no espaço. Para De Paoli, em casos de implantes no ser humano ou em animais, qualquer tipo de afirmação ainda é prematura. Este aspecto dependeria de outra etapa da pesquisa, por exemplo testes de biocompatibilidade.



De Paoli: pesquisa requer testes de biocompatibilidade

**Descrição do músculo** — O princípio de funcionamento do produto é semelhante ao dos músculos naturais. No corpo humano, mensagens emitidas pelo cérebro, através das células nervosas, fazem com que os músculos se movimentem. No caso do

dispositivo, uma combinação de materiais provoca exatamente o efeito da contração ou expansão. São duas camadas de polipirrol (um material plástico que expande e contrai com eletricidade) envolvendo uma camada de borracha especial, denominada poli-

(óxido de etileno-co-epicloridrina) — nome comercial Hydrin-C —, utilizada para conduzir a eletricidade.

Através de um impulso elétrico previamente calculado, o dispositivo se movimenta de forma controlada. O sentido da corrente elétrica determina qual camada de polipirrol se expande e qual se contrai. Quanto maior a intensidade da corrente elétrica que passa pelos polímeros, maiores são a curvatura e a velocidade com que o polipirrol se dobra. Neste detalhe está a inovação da pesquisa. Embora os espanhóis já tenham desenvolvido três gerações de músculos sintéticos, todos funcionam apenas dentro de uma solução líquida. “Esse aspecto dificulta a aplicabilidade do produto”, esclarece De Paoli. Já o dispositivo eletromecânico desenvolvido em conjunto com a Unicamp pode ser utilizado em qualquer peça que necessite de um deslocamento mecânico para funcionar. **(R.C.S.)**

## OPINIÃO

## Avaliação requer autonomia e responsabilidade

José Dias Sobrinho

A avaliação institucional é hoje um dos temas de maior interesse e foco de conflitos no âmbito da educação superior. Por isso, faz parte de uma agenda internacional e ocupa um espaço de ampla importância no campo das políticas oficiais das instituições educacionais, dos governos e de organismos internacionais de financiamento. Toda avaliação se produz num espaço social de valores. As grandes disputas que envolvem a avaliação não são querelas sobre aspectos técnicos; o que fundamentalmente está em questão são concepções sobre a educação superior e sobre a sociedade e a construção do futuro. A questão da titularidade da avaliação se instaura, portanto, como um nó central dos confrontos. De um lado, avaliações impostas de cima e de fora, sem que a universidade possa em nenhum



momento participar como sujeito. De outro, os esforços nem sempre bem organizados da comunidade acadêmica e científica reivindicando o direito, o dever e a competência de protagonizar os processos de avaliação.

De cima para baixo e de fora para dentro, uma determinada avaliação institucional veio tornando-se instrumento das políticas econômicas e sociais da maioria dos estados desde o final dos anos 70 (sobretudo Chile e Reino Unido),

ganhando força nos países latino-americanos na década de 90. É a avaliação que responde à compulsão de eficiência e produtividade a que a educação superior é levada pelos estados controladores e avaliadores, num cenário de crescentes restrições orçamentárias. A retórica da excelência e da qualidade edulcoram a idéia de produtividade segundo a lógica do mercado: aumentar a quantidade de rendimentos, com menores custos. Sobretudo nos países mais avançados, a fórmula é: a combinação de maior autonomia e maior responsabilização (*accountability*) gera maior produtividade e eficiência. As cobranças e a responsabilização impostas ao mundo econômico se transferem à instituição educativa, a seus conteúdos e a seus agentes. Nesse caso, a qualidade se mede e se quantifica; conhecimentos e habilidades úteis são aqueles que têm valor prático e funcional. Competência profissional significa ajuste ao perfil desenhado pelo mercado. Os modelos mais adequados para "avaliar" (no caso,

medir, comparar e estabelecer "rankings") são, então, aqueles que se baseiam rigidamente nos instrumentos técnicos, supostamente "descontaminados" da subjetividade. As fontes de valores, os destinatários e os proprietários dessa avaliação, em geral, são órgãos e agências governamentais. Os objetivos mais comuns são o de promover o ajuste do sistema, definindo as estruturas jurídicas, hierarquizar instituições, cursos ou grupos, e instrumentalizar financiamentos e processos de credenciamento, com base em critérios de eficiência, utilidade e competitividade, tendo em vista metas e padrões preestabelecidos.

"Assessment", termo que não encontra boa tradução em português, representa bem essa prática, de inspiração anglossaxônica e que faz fortuna em várias partes do mundo, de medir rendimentos de indivíduos e grupos e outras dimensões institucionais, em comparação com objetivos e padrões predeterminados. Atualiza conceitos e práticas da velha psicometria

(medida de rendimentos), da sociometria (quantificação da produção científica), combinando-os com a mais recente econometria (medida da eficiência, do ponto de vista econômico). Em virtude do poder fiscalizador, da rapidez de atuação e da credibilidade produzida pela idéia de objetividade, o "assessment" e suas variações são os instrumentos mais utilizados por aqueles governos que fazem questão de controlar os resultados, sem se importarem muito com os processos e condições de produção. Os objetivos, uma vez estabelecidos, seriam válidos e inquestionáveis por princípio. Importante seria, então, verificar se estão sendo cumpridos. E, nessa lógica, quase não cabe considerar tudo o que é complexo e não matematizável.

Entretanto, a comunidade universitária, não sem contradições internas e dificuldades, luta para fazer prevalecer uma outra concepção de universidade, distinta da lógica economicista e tecnicista, e uma outra avaliação, levando em conta que a universidade é uma organização complexa, a comunidade acadêmica e científica é cambiante, heterogênea, sua cultura é de intercâmbio, de comunicação e de busca de entendimentos. Para essa comunidade, os significados são históricos e construídos intersubjetivamente, os valores são produzidos nos distintos e diferenciados grupos, as culturas são plurais, as situações educacionais são sistemas abertos de intercâmbio e processos de comunicação. Por isso, têm grande importância os processos de longo prazo, os significados nem sempre manifestos e quantificáveis, as transformações e situações nem sempre previstas. A universidade não é uma realidade fixa e pronta, é obra em construção e de responsabilidade coletiva, permanente e intersubjetiva, por sujeitos em intercâmbio.

**José Dias Sobrinho é ex-pró-reitor de Pós-Graduação e professor da Faculdade de Educação da Unicamp**

**De acordo com essas idéias, é possível esboçar tentativamente algumas das principais características e condições de uma avaliação institucional protagonizada e sustentada por importantes setores da comunidade universitária.**

**1 Global.** O campo de avaliação é a instituição considerada globalmente. A perspectiva de conjunto inclui as múltiplas visões das partes e dos instantes, porém integra suas relações em significações de conjunto. Mediante a combinação de procedimentos quantitativos e qualitativos, a avaliação articula as diversas unidades e estruturas às dimensões de totalidade. Não se trata só de averiguar se as articulações se produzem, mas sobretudo de ajudar a construir os sentidos de integração. Os diversos elementos explicativos concorrem para a compreensão global. Integrar implica também interpretar as causas, conseqüências, contextos e processos daqueles fenômenos que se quer compreender e transformar. A qualidade do social e educativo está principalmente no conjunto.

**2 Permanente.** A avaliação tem três momentos marcantes: auto-avaliação (ou avaliação interna), em que a comunidade de cada instituição define socialmente a concepção, os sujeitos, o objeto, os objetivos e a metodologia; avaliação externa, realizada por comissões de pares externos, em articulação com a auto-avaliação e em relação com a vocação ou missão de cada instituição; reavaliação entendida como meta-avaliação, comparação entre as avaliações interna e externa, síntese em novo patamar feita pela comunidade e estabelecimento de novas metas e processos. Não obstante esses momentos organizacionais, a avaliação deve instaurar-se como cultura e integrar-se às estruturas permanentes da instituição, intervindo no cotidiano e na história dessa universidade de modo contínuo e institucional. O fenômeno educativo não se esgota em medidas e ações restritas, pontuais, de curto prazo. Sendo educativa, a avaliação é estruturada e permanente.

**3 Operatória e estruturante.** A avaliação é orientada para o conhecimento, a interpretação, a tomada de decisões e a transformação da realidade, ao longo do processo. Os resultados são interpretados e recebem os juízos de valor em sua relação com os contextos e os processos que os produzem. As transformações se dão em nível institucional e também dos sujeitos, pelo acréscimo de consciência pedagógica e melhor compreensão dos compromissos em relação à universidade e à sociedade.

**4 Formativa.** O sentido principal do processo e dos resultados deve ser o educativo ou formativo, em virtude do caráter de construção social. Dada a importância do debate público e da interpretação, os procedimentos qualitativos são bastante valorizados. A avaliação deve orientar-se à melhoria e à construção da qualidade, conforme critérios socialmente produzidos.

**5 Participativa e negociada.** A avaliação institucional é um processo que se vai construindo através da participação ativa de todos os sujeitos que nele se envolvem. Sendo a comunidade um sistema aberto, a negociação deve ser permanente, como esforço de construção de consensos relativos e dinâmicos. A participação ampla e organizada dos agentes internos e externos, cada categoria cumprindo os papéis a ela atribuídos socialmente, gera o entendimento de que os principais resultados dessa avaliação não estão necessariamente nos relatórios finais, porém, mais certamente, no exercício democrático e no valor construtivo e pedagógico do processo.

**6 Legítima.** Legitimidade política e técnica: processo rigoroso e submetido às exigências éticas da comunidade. Os sujeitos são legitimados pelo processo social. Os recursos científicos da avaliação se aliam e mesmo devem submeter-se aos critérios da "verdade social", resultante dos debates públicos.

**7 Voluntária.** Sendo um processo orientado para a melhoria e a construção da qualidade educativa, não deve ser mandatória, nem punitiva, nem servir às hierarquizações. Ao contrário da competitividade, a avaliação deve reforçar o valor da solidariedade. As comparações mais valiosas são aquelas de uma instituição (ou parte dela) consigo mesma, num determinado período e levando em conta a missão, os contextos e a história.

**8 Adaptada a cada instituição.** Cada instituição é única, tem uma história singular e maneiras próprias de entender e construir sua missão. A avaliação deve respeitar a identidade, as prioridades e definições de cada instituição, levando em conta as condições objetivas e subjetivas. A referência principal da avaliação é a missão de cada instituição e as maneiras de esta cumprir os seus compromissos sociais. Portanto, para além dos aspectos gerais e universais da avaliação, cada universidade deve definir com clareza os princípios e objetivos mais apropriados ao seu processo, bem como as melhores e mais adequadas maneiras de realizá-lo, não perdendo de vista a identidade (dinâmica) institucional.

## Erramos

Na última edição do Jornal da Unicamp, na matéria "Sedução no ensino auxilia aprendizado", página 10, em entrevista realizada com Edilene Cristina Narezzi, onde se lê que a orientadora da dissertação de mestrado é a professora Celeste Margarida da Cruz, leia-se "Celene Margarida Cruz".

## UNICAMP — Universidade Estadual de Campinas

**Reitor** — Hermano Tavares. **Vice-reitor** — Fernando Galembeck. **Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário** — Luiz Carlos Guedes Pinto. **Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários** — João Wanderley Geraldi. **Pró-reitor de Pesquisa** — Ivan Emílio Chambouleyron. **Pró-reitor de Pós-Graduação** — José Cláudio Geromel. **Pró-reitor de Graduação** — Angelo Luiz Cortelazzo.

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade mensal. Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP — Telefones (019) 788-7865, 788-7183, 788-8404. Fax (019) 289-3848. **Home-page** — <http://www.unicamp.br/imprensa>. **E-mail** — [imprensa@obelix.unicamp.br](mailto:imprensa@obelix.unicamp.br). **Editor** — Eustáquio Gomes (MTb 10.734). **Subeditor** — Amarildo Carnicel (MTb 15.519). **Redatores** — Antônio Roberto Fava (MTb 11.713), Célia Piglione (MTb 13.837), Isabel Cristina Gardenal de Arruda Amaral, Nadir Antônia Platano Peinado (MTb 16.413), Raquel do Carmo Santos (MTb 22.473) e Roberto Costa (MTb 17.631). **Colaboradores**: Paulo César do Nascimento (MTb 14.812), Maristela Tesseroli Sano (MTb 22.135) e Maria do Carmo Pagani (MTb 17.631). **Fotografia** — Antoninho Marmo Perri (MTb 828). **Projeto Gráfico** — Amarildo Carnicel. **Ilustração** — Oséas de Magalhães. **Diagramação** — Roberto Costa, Dário Mendes Crispim e Hélio Costa Júnior e Oséas de Magalhães. **Editoração Eletrônica** — Dário Mendes Crispim, Hélio Costa Júnior e Oséas de Magalhães. **Serviços Técnicos** — Clara Eli de Mello, Dulcinéia Ap. B. de Souza e Edison Lara de Almeida. **Fotolito e Impressão**: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

## BIOTECNOLOGIA

# FEA desenvolve aroma por microorganismos

Departamento de Ciência de Alimentos já desenvolve aroma natural de queijo e de frutas por via biotecnológica

**Isabel Gardenal**

O aroma é o mais importante atributo na escolha de um determinado alimento, razão pela qual a indústria procura aprimorar os seus serviços para conquistar um mercado maior. A produção de aromas artificiais por diferentes segmentos da indústria alimentícia brasileira não é novidade no país. O que não existia até pouco tempo eram os aromas naturais obtidos por via biotecnológica, ou seja, biologicamente, através do preparo de substâncias produzidas por microorganismos. Através deste método, dois novos aromas naturais vêm sendo desenvolvidos no Departamento de Ciência de Alimentos da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp — o de queijo e o de frutas, este último empregado para excluir o uso aromatizantes. O projeto "Produção de aromas por via biotecnológica" é orientado pela diretora da faculdade, professora Gláucia Pastore, com a participação de quatro pós-graduandos.

O aroma do alimento industrializado pode se apresentar de duas maneiras: extraído da fruta ou do vegetal e produzido artificialmente. O custo para obtenção do aroma natural é alto, pela grande quantidade de frutas exigida para extração. O pêssego, por exemplo, tem um custo médio de seis mil dólares por quilo para extração de lactonas. O aroma artificial, mais simples, acaba apresentando um custo inferior, menos que a metade, de acordo com a pesquisadora. Os aditivos químicos às vezes causam toxidez ao organismo e, dependendo da quantidade ingerida, não existe mecanismo que controle tal situação. O seu uso sistemático pode levar a efeitos deletérios. "É recomendável — aconselha Gláucia — fazer uma alimentação saudável. A biotecnologia tem essa propriedade". Entretanto, o mercado continua absorvendo aromas artificiais, por serem mais baratos, de fácil manuseio e pela variedade. Hoje, quase 95% de tudo o que é produzido na área de aromas é síntese química.

Segundo Gláucia, para otimizar o processo por via biotecnológica, é ainda necessário diminuir

custos, a exemplo do que ocorre na Alemanha, França, Japão e Estados Unidos, países pioneiros nessa técnica. O processamento requer um microorganismo produtor — fungo, bactéria ou levedura — cultivado em meio de cultura de baixo custo. O microorganismo do aroma de queijo, através de processo fermentativo, vem sendo cultivado em gordura de leite. Pode se apresentar na forma líquida e em pasta. Trata-se apenas de utilizar a massa transformada em gordura de queijo em aroma, adicionando-a em biscoitos, bolachas, arroz, iogurtes, refrigerantes, massas, maionese etc.

**Análise sensorial** — Vinte e cinco pessoas participaram da avaliação sensorial. Todas eram consumidoras comuns e mostraram aceitação total do produto, qualificando-o como até mais agradável que o próprio queijo. Isso graças às metilcetonas, que são substâncias químicas responsáveis por este aroma característico e que proporcionam aroma similar ao do queijo tipo roqueforti.

"Agora o maior desafio é que as empresas absorvam essa bio-



Gláucia: produção do aroma natural deve ser barateada

tecnologia, pois existem potencialidades para exploração desta técnica. Quanto ao aroma de fruta, principalmente morango e maçã, ainda hoje é mais utilizado na produção de biscoitos. Num futuro próximo, quando alguém for comprar um aroma natural, o que na verdade estará comprando será o microorganismo, não o aroma. E é neste estágio que queremos chegar", diz Gláucia, que iniciou este trabalho em 1993, quando realizou pós-doutoramento nos Estados Unidos, na Ohio State University. De acordo com ela, os produtos naturais são os de melhor qualidade e contam com a preferência dos consumidores em relação aos artificiais.

**Laboratórios** — A FEA abriga o primeiro Centro de Estudos em Carotenóides e Bioaromas do Brasil. Implementado para abranger essas áreas, o Laboratório de Carotenóides tem como responsável a professora Délia Rodriguez-Amaya. Dentre outras linhas, realiza pesquisas sobre pigmentos carotenóides encontrados na natureza. Este trabalho tem auxiliado as indústrias de alimentos na fabricação de corantes naturais e nas mudanças químicas e bioquímicas que influenciam as propriedades dos alimentos industrializados. O Laboratório de Bioaromas, de onde vêm sendo desenvolvidos os aromas naturais, é coordenado pela professora Gláucia Pastore.

## ZOOLOGIA

# Pesquisa analisa hábito do beija-flor

Além da fragrância e do néctar dos vegetais, estudo mostra que insetos e pequenos animais influenciam o padrão de visitação

Nas restingas do Espírito Santo, agrupadas numa mesma moita, três espécies vegetais disputam a atenção de beija-flores, abelhas, besouros e borboletas. Desses pássaros e insetos depende a reprodução de *Vriesea neoglutinosa*, do *Melocactus violaceus* e da *Passiflora pentagona*.

A situação é curiosa. Embora as flores da espécie *Vriesea neoglutinosa*, conhecida popularmente por bromélia, apresentem uma quantidade de néctar dez vezes maior do que as flores do *Melocactus violaceus* (cactus), os beija-flores costumam visitar essa última espécie com uma frequência muito maior no final da tarde, deixando de visitar a *Vriesea*. Enquanto isso, abelhas mostram preferência pelas flores do maracujá silvestre, pertencentes à espécie *Passiflora pentagona*, parecendo ignorar que a *Vriesea* possui quantidade de néctar semelhante.

Ao observar *in loco* o comportamento dos visitantes florais, o químico Ary Gomes da Silva concluiu que o padrão de visitação não depende apenas dos sinais químicos emitidos pelas espécies vege-

tais. Além da fragrância e do néctar dois mecanismos utilizados pelas plantas para atrair os polinizadores, os hábitos e comportamentos de insetos e pequenos animais também influenciam os padrões horários de visitação às flores.

"O fato de os beija-flores trocarem a *Vriesea* pelo *Melocactus*, embora esta última ofereça bem menos néctar, talvez ocorra porque os *Melocactus* estão disponíveis durante todo o ano e os pássaros criam o hábito de procurá-los. Já as flores da *Vriesea* estão presentes na restinga durante um período de apenas três meses", explica Ary.

No caso das flores do maracujá silvestre, durante o dia elas emitem sinais químicos antes das outras duas espécies. Talvez isso explique o fato de as abelhas preferirem essas flores. Por começarem a trabalhar muito cedo, esses insetos são atraídos pelos sinais químicos das flores do maracujá e nelas permanecem, uma vez que elas oferecem néctar por todo o dia.

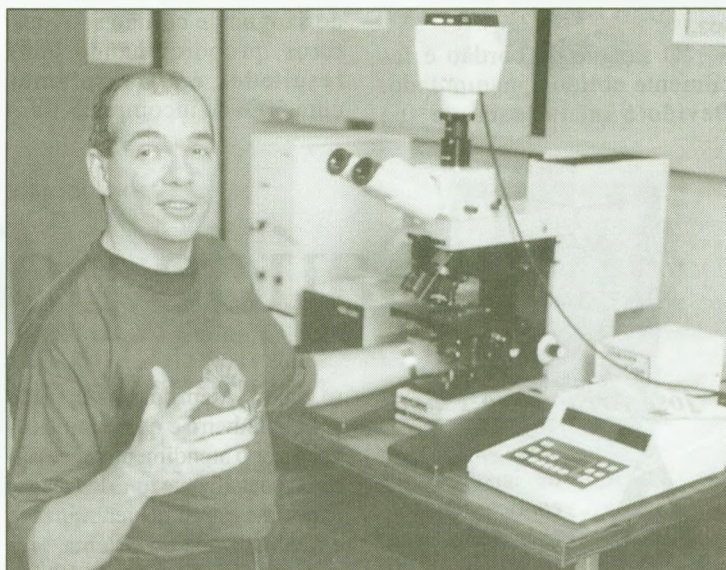
As conclusões do pesquisador estão na tese de doutorado "Fragrâncias e néctar florais na determinação de padrões horários de visitação às flores de cinco espé-

cies vegetais". O trabalho foi orientado pela professora Marlies Sazima, do Instituto de Biologia (IB) da Unicamp.

Ary acredita que seu trabalho esteja apontando novos caminhos para o estudo da biodiversidade e abrindo outras frentes de pesquisa. Para ele, algumas questões, como a interferência dos sinais químicos na polinização ou a influência dos hábitos dos polinizadores no ciclo produtivo das flores, precisam ser analisadas em profundidade.

**Dependência reprodutiva** — Para estimar a dependência reprodutiva das plantas em relação aos visitantes florais, Ary selecionou cinco entre as cerca de 300 mil espécies de plantas com flores na flora mundial. Além da *Vriesea neoglutinosa*, *Melocactus violaceus* e *Passiflora pentagona*, o pesquisador estudou também a *Baccharis dracunculifolia*, ou vassourinha, uma espécie encontrada em todo o território brasileiro, que depende exclusivamente da ação de polinizadores para se reproduzir, e finalmente a *Eriotheca candolleana*, mais conhecida por paineirinha.

Sem outro mecanismo senão a



Ary: influência de sinais químicos em pequenos insetos

reprodução sexuada para produzir as sementes, a vassourinha apresenta inflorescências apenas masculinas e inflorescências apenas femininas. Assim, os sinais químicos são fundamentais para direcionar a polinização. "A sinalização feita pelas inflorescências femininas e masculinas é diferenciada. Como as flores masculinas produzem essência mais cedo e em maior quantidade, os polinizadores são atraídos para elas antes de visitarem as inflorescências femininas viabilizando desta forma a reprodução da espécie", explica Ary.

Ao analisar a *Eriotheca candolleana*, o pesquisador deparou com uma aparente "desordem" na planta. Caracterizada por períodos diferentes de maturação e marcada pela assincronia da abertura das flores, a espécie não emite sinais capazes de selecionar os polinizadores. Por esse motivo, ela é explorada por um número muito maior de visitantes. Uma outra característica da espécie é a necessidade de receber pólen de um indi-

víduo geneticamente diferente para garantir a reprodução.

"Visualmente, os polinizadores não conseguem saber quais são as flores que têm maior quantidade de néctar. Assim, eles são obrigados a visitar todas as flores, de vários indivíduos e, portanto, é a aparente desordem da maturação das flores que garante a reprodução", diz.

Um outro dado interessante observado por Ary foi a influência exercida pelos sinais químicos nos pequenos insetos. Segundo o pesquisador, esses insetos — que conseguem manter uma imagem na memória por apenas 20 minutos e formam a grande maioria dos polinizadores — dependem quase exclusivamente dos sinais químicos para visitarem as flores. Já os pássaros, mamíferos, roedores e marsupiais, que são capazes de observar e memorizar imagens e outros indicativos por um período de tempo mais longo, apresentam menor dependências dos sinais químicos.(P.C.N.)

**E**m breve o transplante de medula óssea deixará de ser a única opção terapêutica para reconstituir o tecido hematopoiético no tratamento de neoplasias hematológicas, como linfoma ou leucemia, e de doenças genéticas hereditárias, como a anemia de Fanconi, talassemia e anemia falciforme. O Hemocentro da Unicamp prepara-se para disponibilizar, a curto prazo, um banco de sangue de cordão umbilical.

Segundo pesquisas realizadas em diversos centros mundiais, o sangue encontrado na veia umbilical de recém-nascidos é uma importante fonte de células precursoras de linhagem hematopoiética. Até hoje, a principal fonte destas células, destruídas pela radioterapia e quimioterapia durante o tratamento das doenças, era a medula óssea de doadores voluntários.

Entretanto, pesquisadores passaram os últimos 14 anos em busca de outras possíveis fontes alternativas pela dificuldade em se encontrar doadores compatíveis devido à grande diversidade de antígenos leucocitários de histocompatibilidade (sistema HLA), etnia e necessidade de constante reavaliação sorológica destes doadores para doenças infectocontagiosas como aids, sífilis, doença de chagas, hepatites B e C e HTLV 1 e 2.

Além de apresentar ótimos resultados, principalmente em crianças, o transplante utilizando sangue de cordão umbilical tem algumas vantagens em relação ao transplante de medula óssea.

“O sangue de cordão é facilmente obtido e manipulado. Devido à imaturidade de sua

## SAÚDE

# Hemocentro planeja banco de sangue de cordão umbilical

*Técnica pode ser adotada a curto prazo e substituí com vantagens o transplante de medula óssea*



**Ângela: sangue de cordão umbilical é facilmente obtido e manipulado**

célula precursora, esta se replica e prolifera melhor que as da medula. Os estudos demonstraram que os linfócitos do sangue de cordão são imaturos, proporcionando bons resultados em transplantes com 50% de incompatibilidade

de ao sistema HLA, enquanto a medula deve ser totalmente compatível”, explica a médica Ângela Cristina Malheiros Luzo, responsável pela implementação do banco de sangue de cordão da Unicamp e há três anos pesquisando a vi-

abilidade desse tipo de transplante.

Após o nascimento do bebê, o cordão umbilical é cortado próximo ao umbigo do recém-nascido. O profissional então aspira o sangue da veia umbilical do cordão, sem ne-

nhum tipo de interferência com o parto ou com o bebê, aproveitando ainda, dessa forma, um material (a placenta) que seria descartado logo após o parto.

**Domínio da técnica** – Para aprender a manipular o sangue de cordão, normatizar as técnicas de cultura, dominar as técnicas de criopreservação e descongelamento, Ângela viajou à França em 1995 e permaneceu durante três meses no hospital Saint Louis, em Paris, com a equipe da pesquisadora Eliane Gluckman, que realizou o primeiro transplante com sangue de cordão no mundo.

Ao retornar ao Brasil, Ângela dedicou-se a normatizar as técnicas de coleta, cultura e criopreservação do sangue de cordão e simulação de transplantes em camundongos imuno-suprimidos, ou seja, animais que não apresentavam os linfócitos T e B, responsáveis pela produção dos anticorpos no organismo. A intenção da médica era comprovar que, após o transplante, o sangue dos animais passaria a apresentar esses linfócitos.

Os resultados das pesquisas de Ângela comprovaram a eficácia do transplante com sangue de cordão e estão sendo relatados na dissertação de mestrado “Célula precursora de sangue de cordão umbilical humano: capacidade para reconstituir linhagem hematopoiética e transfeção gênica”, que conta com a orientação da professora Sara Terezinha Olalla Saad, da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp. (M.T.S.)

## OPINIÃO

# Saúde pobre para os pobres

**José Aristodemo Pinotti**

**A**s situação da saúde deixou de ser caótica para tornar-se surrealista. A salvação da saúde, segundo informações mais recentes do ex-ministro Albuquerque e do presidente da República, resume-se no PAB (Piso da Atenção Básica) e em novo imposto para a saúde. É bom analisar o que significam ambos, iniciando-se pelo PAB: Através dele, repasse-se para os municípios R\$ 0,80 por habitante/mês para os procedimentos ditos mais simples. Esse dinheiro não é novo, como poderia parecer, mas redistribuído. Os municípios que atendiam procedimentos de maior complexidade vão ter mais dificuldade porque vão receber menos do que gastavam.

Não há também, por parte do ministério, qualquer normatização para seu uso, apenas diz que deve ser gasto em procedimentos mais simples. Quais os procedimentos, no contexto de que programas e de seqüência de ações, não é dito, até porque, provavelmente, o ministério não sabe. As questões epidemiológica e sanitárias importam menos.

Distribuem-se as escassas verbas e pronto: “os municípios que

se virem”. Além do mais, com tão pouco dinheiro é quase impossível fazer o atendimento necessário, especialmente fora do contexto de uma estrutura hierarquizada e regionalizada do sistema, prevista na Constituição de 1988 e na NOB de 1996, que nem de longe é sonhada. Pinça-se o PAB e se aplica fora do contexto, de forma demagógica.

Desse modo, retroage-se e desintegra-se novamente o que se estava tentando integrar – cura e prevenção – excluem-se os Estados do processo, como se fosse possível ligar o ministro a cada um dos seis mil prefeitos brasileiros. O processo de descentralização, feito tão incompetentemente, é paradoxalmente centralizador e, acima de tudo, demagógico. Serve para fazer festa no Palácio, mas não para oferecer saúde de qualidade, mesmo que seja com simplicidade e sem luxo, serve também para destruir a excelente idéia da municipalização contida na NOB de 1996, aplicando-a de forma grosseiramente errada.

Medicina pobre para os pobres. Esse é o PAB, exatamente a recomendação do Banco Mundial (World Development Report 1993), que está sendo seguida à risca – a ordem vem de cima. Usa-se semântica correta para des-

truir a idéia nela contida.

Enquanto isso, e por causa disso, se avança na privatização da saúde, cuja determinação também provém do mesmo documento e está sendo praticada pelo governo, que usou toda sua força para aprovar a regulamentação dos planos privados de saúde, nos termos da proposta da Abramge (Associação Brasileira de Medicina em Grupo), e sem qualquer proteção ao usuário.

**Todos sabem que boa parte da CPMF não foi para a saúde**

É a legalização da venda de produtos enganosos, particularmente para aquelas famílias de baixa renda, a quem os donos de bancos e companhia de seguros chamam, gulosa e cinicamente, de “rica massa pobre”, que é expulsa do sistema público pela ineficiência e obrigada a comprar planos “baratos” e enganosos no privado. O grande financiador do Banco Mundial são os Estados Unidos, de onde provêm as companhias de seguros que ilegalmente estão comprando os planos de

saúde brasileiros. Nada disso é coincidência.

Os nossos problemas de saúde são peculiares. Impossível resolvê-los com receitas alienígenas. Elas são, no mínimo ectópicas, em geral retrógradas e no caso específico, ditadas pelos interesses econômicos e tudo isso vai na contramão do progressismo, pois a propedêutica mais significativa do desenvolvimento é encontrar soluções próprias, criativas e viáveis para nossos problemas que são peculiares.

A outra face do surrealismo é mais um imposto. Todos sabem que boa parte da CPMF não foi para a saúde. A parte que foi, deslucou na saúde verbas constitucionalmente comprometidas, não teve um papel supletivo como prometido, mas substitutivo de outras fontes constitucionais vilipendiadas. Prova disso, é que se recolheu R\$ 7,5 bilhões da CPMF e em 1997 o aumento de orçamento gasto na saúde de 1996 para 1997 foi de apenas R\$ 3 bilhões. Desse montante, usou-se R\$ 2 bilhões para pagar dívida do FAT. Para a saúde sobrou quase nada. No ano de 1998 vamos recolher R\$ 8,5 bilhões de CPMF e o orçamento é de R\$ 17 bilhões, portanto, não haverá sobre os gastos do ano passado nenhum acréscimo, apesar dos R\$ 8,5 bilhões adicio-

nais arrecadados com o chamado imposto de cheque.

Um novo imposto, nessas circunstâncias, é algo inaceitável, principalmente quando o objetivo governamental para a saúde é organizar um plano básico, barato e insuficiente para os pobres e a privatização da saúde para todos aqueles que possam usar suas parcas economias para comprar produtos enganosos, abrindo um mercado de R\$ 70 bilhões/ano para bancos e companhias de seguros.

A alternativa para isso é a implantação do SUS. Para tanto é preciso vontade política, coragem e competência que têm faltado cronicamente. Sua implementação, como foi provado na prática, em alguns Estados brasileiros na década de 80, oferecia a todos, com os mesmos recursos hoje existentes – se não fossem desviados – um sistema com atendimento digno, eficiente, humano e universal. É o que todos nós, pensadores de saúde, temos esperança que seja implantado, para remover a saúde da situação surrealista em que se encontra.

**José Aristodemo Pinotti**, ex-reitor da Unicamp, é deputado federal (PSB/SP) e professor titular de ginecologia e obstetria da Faculdade de Medicina da USP.

## ENTREVISTA: MARCIO POCHMANN

## “Ocupação profissional está na contramão”

**Paulo César Nascimento**

**P**esquisa do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp revela que a evolução das ocupações profissionais no Brasil está na contramão daquela verificada nas economias avançadas por culpa da desestruturação da capacidade produtiva nacional. De autoria do professor do Instituto de Economia (IE) e coordenador do núcleo da Unitrabalho na Unicamp, Marcio Pochmann, o estudo “Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil” mostra que o processo em curso no país não reproduz o novo paradigma técnico-produtivo mundial, responsável pela valorização de trabalhadores melhor qualificados.

**Jornal da Unicamp - O que é reconversão econômica?**

**Pochmann** - Por reconversão econômica entende-se a transição de um projeto de industrialização voltado para o mercado interno para um outro de inserção competitiva na economia mundial. No Brasil, o primeiro projeto econômico vigorou entre as décadas de 1930 e de 1980. O segundo teve início em 1990.

**JU - Por que o interesse pelo assunto?**

**Pochmann** - O objetivo foi identificar quais seriam as ocupações profissionais que estariam sendo ampliadas ou restringidas pelo processo de reconversão da economia brasileira nos anos 90 e contribuir para o debate sobre a eficácia ou não dos esforços de qualificação voltados para o enfrentamento do desemprego. O estudo se insere na discussão mundial acerca das alterações no mundo do trabalho neste fim de século, em que novos conhecimentos científicos e tecnológicos estariam associados às exigências empresariais de contratação. Esses requisitos, segundo o discurso oficial, seriam passíveis de atendimento somente através do maior nível educacional dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a formação e o constante treinamento profissional se transformariam em uma das poucas alternativas passíveis de ação do Estado para conter o avanço do desemprego. Ou seja: os problemas do mercado de trabalho, se existentes, seriam resumidos à precarização das ocupações e à reduzida qualificação profissional. Por conta disso, a intensificação da qualificação desempenharia um papel importante na redução do desemprego e na adequação da oferta de trabalho às novas exigências das empresas.

**JU - O que foi possível constatar?**

**Pochmann** - Parece haver uma crescente contradição no discurso oficial quando comparado à realidade nacional do mercado de trabalho, pois as tendências recentes das ocupações profissionais indicam que o fechamento dos postos de trabalho ocorre mais sobre as atividades

que, pelo menos em tese, exigem maior qualificação profissional.

**JU - Quais são essas ocupações?**

**Pochmann** - São, em grande parte, atividades profissionais vinculadas ao setor industrial, que necessitam, em geral, de alguma especialização técnica prévia, como as de calçadistas, mestres em manufaturas, carpinteiros, tecelões, torneiros mecânicos, chefes administrativos, engenheiros metalúrgicos e desenhistas técnicos, entre outras.

**JU - E quais são as atividades em alta?**

**Pochmann** - São postos de trabalho de serviços básicos, em geral com baixo grau de especialização técnica, precárias condições de trabalho e reduzida remuneração. A lista das ocupações em alta concentra-se nas atividades de asseio e conservação, segurança pública e privada, construção civil e comércio, com maior demanda para profissionais como faxineiros, garçons, cozinheiros, recepcionistas e seguranças no setor privado, e para supervisores de polícia no setor público. Em síntese, nos anos 90, as profissões mais concorridas no Brasil não são aquelas que poderiam ser identificadas como as ocupações que exigem profissionais tecnicamente melhor qualificados.

**JU - Por que isso ocorre no Brasil?**

**Pochmann** - Isso parece ocorrer fundamentalmente porque há sinais de enfraquecimento do setor industrial brasileiro, com a desintegração de algumas cadeias de produção e, conseqüentemente, diminuição na participação do emprego industrial no total das ocupações. Sem o fortalecimento da industrialização, o setor terciário tende a ter condições pouco favoráveis para generalizar, por exemplo, as ocupações profissionais superiores e mais qualificadas. O que pode ocorrer, algumas vezes, é a utilização de trabalhadores qualificados em ocupações com menor grau de exigência profissional, como fenômeno resultante do acirramento da competição no interior do mercado de trabalho e a marginalização dos trabalhadores com baixa qualificação. Nesse caso, o fato de as ocupações estarem sendo preenchidas por trabalhadores com maior qualificação em detrimento daqueles com menor qualificação pode-se referir muito mais ao estímulo da oferta de força de trabalho escolarizada do que da demanda de mão-de-obra para empregos de baixa qualificação.

**JU - A queda da participação industrial nas ocupações foi muito acentuada?**

**Pochmann** - O Brasil apresenta nos anos 90 uma situação próxima à verificada na década de 40, quando o setor de manufatura ainda era primitivo e muito restrito. Nos anos 70, durante o auge da expansão do emprego

industrial, o Brasil chegou a possuir cerca de 20% do total dos empregos sob a responsabilidade da indústria de transformação. Vinte anos depois, o setor passaria a responder por menos de 13% do total da ocupação nacional, muito abaixo, portanto, do patamar de emprego industrial encontrado atualmente nas economias avançadas, como na Alemanha e Inglaterra, em que no mínimo 18% do emprego total pertence ao setor de manufatura. Entre as décadas de 1980 e 1990, por exemplo, a economia brasileira perdeu aproximadamente 1,5 milhão de empregos no setor de manufatura.

**JU - O que justifica, então, a onda de expectativas oficiais positivas em relação às transformações econômicas em curso, se o estudo apresenta uma reali-**

outros), privatizações e estabilidade monetária. A partir daí, previa-se que o Brasil passaria a absorver o novo paradigma técnico-produtivo como consequência das mudanças realizadas pelas empresas privadas no plano da inovação tecnológica, da gestão da produção e da organização do trabalho.

com as exigências de maior qualificação profissional impostas pelo novo paradigma técnico-produtivo. Somando-se a isso a contínua concentração da renda, o aumento do endividamento interno e externo e a ausência de desenvolvimento sustentado, os anos 90 parecem cada vez mais apontar para uma segunda década perdida.

**JU - Por que segunda década perdida? Essa frustração já havia ocorrido anteriormente?**

**Pochmann** - Entre o final dos anos 70 e início dos 80 também foi possível observar a existência de um quadro semelhante. Naquela época, a justificativa para o diagnóstico favorável era a difusão de novas tecnologias de base microeletrônica. Entretanto, durante a segunda metade dos anos 80, diante da baixa performance da economia brasileira, percebeu-se o quanto as possibilidades de modernização do parque produtivo estavam distantes da realidade nacional. Tal como nos anos 80, percebe-se hoje a presença de sinais de frustração das expectativas

**Pochmann: o alto desemprego reflete a incapacidade de reação da economia brasileira****dade mais pessimista?**

**Pochmann** - Ela se justificaria, segundo alguns economistas, pelo sucesso do processo de reconversão econômica, que se caracterizaria por uma outra etapa de crescimento sustentado e de maior inserção externa, marcada pela introdução de novos fundamentos competitivos e de expressivos ganhos de produtividade do trabalho. Tudo isso teria como origem a Política Industrial e de Comércio Externo (PICE) do governo Collor, que teria possibilitado a construção das novas condicionalidades para o processo de modernização nacional, fundadas na abertura comercial, normas internacionais de concorrência e produção (programas de qualidade, ISO 9.000, reengenharia, terceirização, entre

Tão logo superada a fase de ajustes econômicos provocada pelo processo de reconversão econômica, o nível de emprego voltaria a crescer, por conta da expansão dos investimentos externos e da modernização tecnológica e produtiva.

**JU - Mas os fatos parecem querer contrariar essas previsões?**

**Pochmann** - O aumento do desemprego reflete justamente a incapacidade da economia brasileira em reagir, não obstante o setor de serviços continuar absorvendo parte dos trabalhadores demitidos das indústrias. Essa inércia e o avanço das ocupações precárias, notadamente sob o manto da economia informal, inviabilizam qualquer associação

de modernização do parque produtivo difundidas ao longo da primeira metade da década de 1990.

**JU - Então, os esforços desenvolvidos no país para resolver o desemprego, com ênfase na educação, são inúteis?**

**Pochmann** - Não pode haver dúvidas de que, num país marcado pelo atraso educacional, todo esforço no sentido de elevar a escolaridade e ampliar a formação profissional do trabalhador deve ser visto positivamente. O lamentável, todavia, é que atualmente a sua justificativa encontra-se apoiada num falso argumento de resolução do problema do desemprego no Brasil através da educação. Esse argumento não encontra sustentação nas informações apresentadas pela pesquisa.

# A universidade no h

Para o reitor da USP, se a autonomia tem problemas, continua c

**Eustáquio Gomes**

**P**ara onde vai a universidade pública brasileira? O reitor da Universidade de São Paulo, professor Jacques Marcovitch, busca responder a essa pergunta num exercício de reflexão que resultou, em meados do ano, no livro *A Universidade (Im)possível*. Professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, o reitor contrapõe-se, em seu livro, às recentes análises sobre a universidade cuja problematização tem, frequentemente, “um tom invariável de réquiem”. Com um pé na realidade dos problemas que efetivamente existem e outro nos caminhos que se estendem à sua frente, Marcovitch discorre sobre as possibilidades e impossibilidades atuais da universidade pública brasileira. Esta entrevista sintetiza o seu pensamento e avança pela situação específica das universidades estaduais paulistas — USP, Unicamp e Unesp —, que são as únicas do país a contar com autonomia de gestão financeira.

**Jornal da Unicamp — O título ambivalente de seu livro parece alertar para a espécie de encruzilhada diante da qual a universidade brasileira estaria no momento. Ou se ajusta ao novo cenário, ou se fragiliza. É isso mesmo?**

**Jacques Marcovitch —** É verdade que a universidade, não só aqui no Brasil, mas em todo o mundo, vive um momento de desafio. Para começar, nós estamos vivendo uma era nova depois da palavra impressa — a era da digitalização —, cujo resultado é a expansão extraordinária da disponibilidade e do acesso à informação. Tudo isso gera um novo horizonte de organização do conhecimento humano e também uma nova sabedoria, necessária para se atravessar os novos tempos. Nesse sentido, a universidade está sempre em busca de um novo horizonte. A rigor não há no mundo, hoje, como ontem, universidade que possa ser considerada perfeita ou acabada. Ela é sempre uma instituição em auto-questionamento. Por razões compreensíveis. Por exemplo, a juventude que está chegando hoje à universidade, nascida em 1980, é uma geração com quadros de referências mentais diferentes das gerações anteriores. Isto obriga a universidade a se repensar. Por outro lado, nesse exercício de renovação contínua, ela depende dos seus responsáveis e daqueles que a integram. Nesse sentido, ela é possível ou impossível, dependendo da capacidade de seus responsáveis em transformar o sonho desse horizonte futuro em realidade. Então há um desafio de se ajustar aos novos tempos e há também o desafio de corresponder às expectativas dos que nos antecederam e dar um passo à frente para honrar aqueles que virão depois de nós.

**JU — Fazendo um balanço das universidades brasileiras, inclusive das paulistas, o**

**senhor acha que estamos correspondendo a essas expectativas?**

**Marcovitch —** Quando comemoramos, ainda há pouco, os 80 anos do professor Antonio Candido, ele, na sua simplicidade e na sua lucidez, disse o seguinte: “A universidade fez muito, mas não fez ainda o bastante”. De fato, se olharmos para o Brasil do começo do século, com seus 15 milhões de habitantes — praticamente a população da Grande São Paulo hoje — e para os 160 milhões de brasileiros deste fim de século (um crescimento populacional de onze vezes!), veremos uma plêiade de instituições que acompanharam e permitiram essa evolução. Basta lembrar o que as faculdades de medicina fizeram no trato com as questões de saúde pública, o que as escolas de agronomia fizeram para ampliar a oferta de alimentos no Brasil, as escolas de engenharia etc. No entanto, Antonio Candido está certo em dizer que ainda não foi feito o bastante, porque ainda vivemos numa sociedade dividida, numa sociedade dual onde houve uma elevação da qualidade de vida média, mas também aumentou a distância entre os segmentos sociais, dos mais aquinhoados aos mais excluídos. Nesse sentido, a universidade deve ser reconhecida

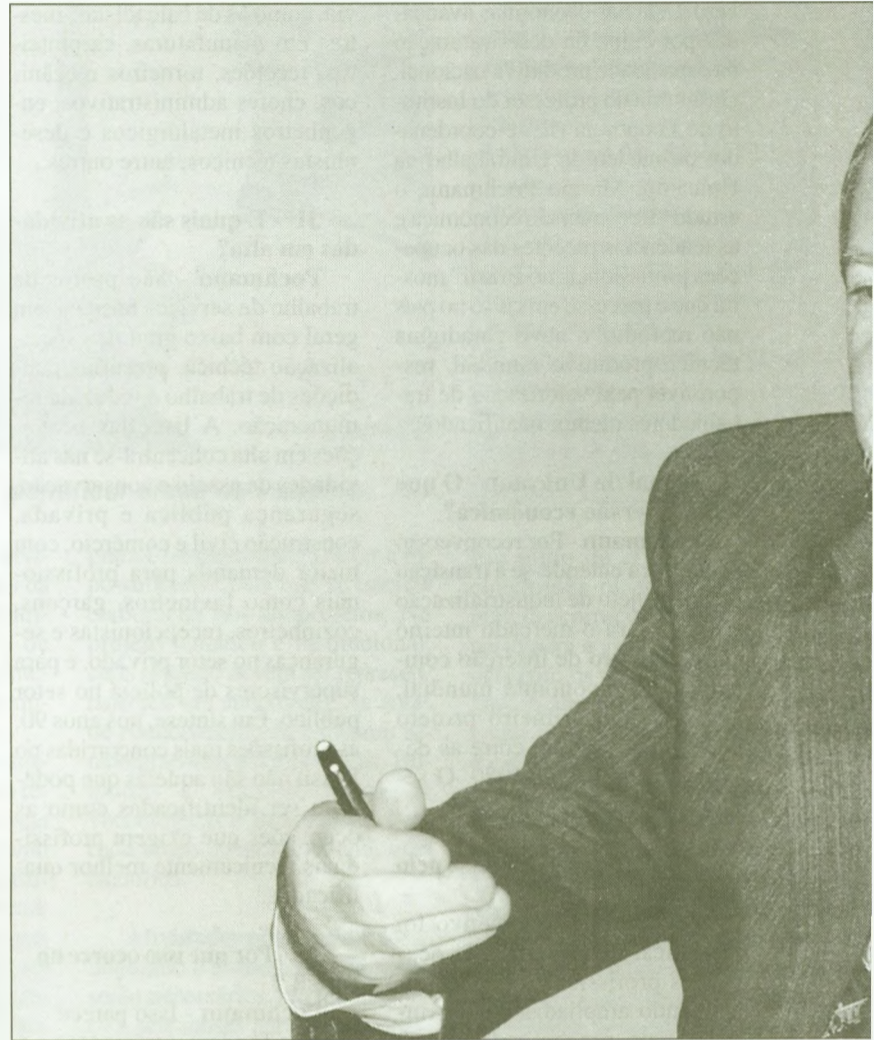
**“Concordo com Antonio Candido quando diz que a universidade brasileira já fez muito, mas não ainda o bastante”**

pelo que fez, mas certamente tem muito o que fazer pela frente.

**JU — O sr. fez em julho passado, no Rio de Janeiro, uma defesa veemente da universidade pública. Em sua opinião, ela corre mais riscos do que o setor privado?**

**Marcovitch —** A universidade

de pública está na origem do ensino superior no Brasil. Basta lembrar que a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo tem mais de 170 anos. Durante todo esse período, coube ao ensino superior público responder às expectativas da sociedade quanto à formação de seus quadros, seja na pesquisa, na administração pública ou até mesmo na política. O sistema universitário brasileiro, isto é, aquele que é levado em conta lá fora, constituiu-se e expandiu-se na esteira do ensino público. No entanto, chegamos no final do século com uma demanda cada vez mais explícita em direção ao ensino superior. Nesse entretempo, em parte em função da tecnologia, surgem dois novos atores dentro da oferta de ensino superior. O primeiro é o chamado ensino privado, que se divide em instituições tradicionais — as universidades confessionais, as universidades comunitárias e mesmo aquelas de propriedade de educadores com uma visão de longo prazo — e instituições que são produto de investidores que vêem na educação uma boa oportunidade de retorno. O outro ator são as universidades estrangeiras, um fenômeno novo que me parece de desenvolvimento certo, graças não só à tecnologia de informação mas também à facilidade de mobilidade entre os países. Operando por antenas ou através de redes eletrônicas, oferecendo cursos a distância ou presenciais, elas serão uma realidade inevitável em pouco tempo. Lembro que já funciona na Bolívia, por exemplo, uma faculdade de medicina de origem norte-americana. Ora, isso traz para a universidade pública uma nova realidade. Dessa realidade, o que a sociedade claramente percebe é que, com exceção das universidades públicas e das universidades privadas de ciclo longo — ou seja, aquelas que estão comprometidas com algum pro-



Marcovitch: “O calcanhar da autonomia tem dois tendões sensíveis”

Trec

“Dizem que a universidade pública brasileira está sofrendo uma crise de rejeição. O Estado ameaça cortar-lhe as verbas, a maioria da população ignora o seu trabalho, as empresas consideram seus pesquisadores uns teóricos, uns poetas, a mídia registra pesadas críticas contra ela. Afinal, quem gosta da universidade?”

Tentemos responder a essa questão objetivamente. A verdade é que esta é uma relação ao mesmo tempo de admiração e hostilidade. O governo conhece bem a importância da universidade, inclusive porque é integrado por pessoas que trabalharam ou trabalham nela. O governo sabe que a universidade tem uma importância vital para o país. Trata-se de investimento que não se subordina a prioridade de curto prazo. É desconfortável ser príncipe durante quatro anos, transferindo para a universidade as moedas que coletou, através dos impostos, e sabendo que tal verba vai gerar resultados em

jeito educacional —, as outras têm atitude totalmente oportunista e seguem a lógica do mercado. Se o país tem inflação e recessão, elas não se interessam por investir; mas se há estabilidade monetária e as condições são favoráveis, elas vêm isso como uma oportunidade. Eu penso que a sociedade deve analisar o movimento desses atores com cuidado, porque as universidades públicas e as universidades privadas de ciclo longo, essas estão comprometidas de forma duradoura, enquanto que as demais entrarão e sairão do mercado.

**JU — O sr. receia que a chamada crise da universidade pública tenha como contraponto uma expansão do ensino superior enquanto negócio de investidores?**

**Marcovitch —** O mundo vive

hoje uma lógica de mercado que ainda não foi complementada por uma preocupação com a coesão social. Vejo, na juventude que está procurando as universidades neste final de século, uma preocupação aparente com a busca do projeto profissional, mas uma preocupação ainda mais explícita com a busca de um projeto de vida. No fundo esse jovem, que nasceu em 1980 e tem uma expectativa de vida que irá até 2070, sabe que o conhecimento profissional que está absorvendo na universidade sofrerá transformações visíveis. Nesse sentido eu penso que é preciso assegurar a presença na direção das instituições de ensino superior de lideranças com vocação de educadores. Se a lógica de tipicamente uma lógica de retorno financeiro, nós até podemos estar atendendo a uma expectativa de profissionalização útil, necessária, mas insuficiente para os

ES MARCOVITCH

# Horizonte do possível

*inda a ser um avanço em relação à situação anterior a 1989*



veis: a questão dos inativos e a questão dos precatórios”

o

ez ou 15 anos. Temos hoje, entrando na universidade, a geração que nasceu em 80.

Para que estes jovens floresçam como lideranças, como profissionais, como pesquisadores, correrão mais 15 anos. Um processo longo, caro e necessário. O resultado pleno do ciclo de graduação vai cristalizar-se nesse prazo. Portanto, o governante que tenta corrigir o rombo financeiro do passado, investir no presente e criar perspectivas para o futuro, quando se confronta com a atividade educacional demonstra perplexidade. A relação universidade-governo será sempre difícil. A universidade terá que demonstrar continuamente que o investimento em educação superior merece ser priorizado.”

Do livro *A Universidade (Im)possível*, de Jacques Marcovitch, Editora Futura/ABDR, São Paulo, 1998.

desafios que esse jovem (e o próprio país) enfrentará. Esses desafios apontam para jovens que sejam informados, tenham conhecimento específico mas também valores e princípios que possam guiá-los ao longo de seu projeto de vida.

**Ju — Isto implica uma revisão curricular, que é, aliás, o que a USP e a Unicamp estão procurando fazer...**

**Marcovitch —** Penso que implica duas coisas, esta nova situação: de um lado a revisão curricular, de outro uma profunda mudança do papel do professor em sua relação com o aluno. É preciso lembrar que a reforma de 1968 gerou uma grade curricular com matrículas por disciplinas que fragmentou o currículo em semestres e também o próprio conceito de turma. Isso faz com que a convivência do aluno com o profes-

sa experimentar o sabor da cidadania, o sabor da mudança, para que ele se torne um agente crítico de mudança, que é uma responsabilidade da universidade pública. E como a nossa universidade é por assim dizer gratuita — isto é, a sociedade investe no aluno na expectativa de que ele possa devolver mais tarde os frutos desse investimento — é indispensável que essa consciência social inclua a consciência da dívida para com a sociedade que o manteve e lhe deu a oportunidade de ter acesso ao ensino público.

**JU — As universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp) são as únicas que gozam da prerrogativa da autonomia de gestão financeira. É certo que essa autonomia se refletiu positivamente nos seus indicadores de qualidade. No entanto, elas estão diante de um quadro de receitas que não crescem e de despesas que continuam a crescer vegetativamente, o que significa que estão diante de um impasse histórico. Como o sr. vê essa situação?**

**Marcovitch —** Eu faço parte daqueles professores que defendem a autonomia. Entendo que, embora possa não ser ainda a situação ideal, é muito melhor que a situação de dependência que tínhamos antes de 1989, quando as universidades eram praticamente obrigadas a negociar mensalmente os recursos que obteriam do Estado. Agora, ao menos, elas têm uma previsibilidade de seus gastos e de suas receitas. Sei que essa previsibilidade, nos termos em que está, é desafiadora, mas ainda assim é comparativamente preferível a ter-se uma universidade gerida como se fosse uma administração direta rotineira. A universidade, acima de tudo, tem que cuidar do novo, o que quer dizer que ela precisa contar com uma previsibilidade de longo prazo. O aluno ingressante vai se formar daqui a quatro, cinco anos, e uma pesquisa leva dois, três, às vezes dez anos para ser concluída. Tudo isso exige previsão, portanto autonomia é fundamental. Além disso, a autonomia nos leva a ter uma disciplina de gestão muito mais rigorosa. Podemos observar, por exemplo, que nos últimos dez anos a Universidade de São Paulo experimentou uma redução quantitativa em seu número de docentes, ao passo que, no mesmo período, houve um aumento qualitativo do corpo docente e uma expansão do número de professores em regime de dedicação exclusiva. Ou seja, há

uma racionalização na utilização dos recursos humanos e o coletivo universitário entra no embate sobre as prioridades. No entanto, a sociedade tem exigido cada vez mais da universidade e a pressão por mais vagas vem aumentando por força do efeito do aumento da retenção de alunos nos níveis de primeiro e segundo graus. Nesse sentido nós entendemos que, assegurada a porcentagem que nos foi conferida em 1989, as universidades deveriam ter uma latitude para negociar acréscimos com base na expansão de suas atividades. Essa expansão, naturalmente, deve estar comprometida com resultados e a negociação dos acréscimos se daria mediante negociação com o próprio Estado. Mas é muito importante que o nosso metabolismo basal seja assegurado pela porcentagem da autonomia e a gestão desses recursos seja feita dentro de um embate das prioridades materializadas pela várias áreas de conhecimento e pelas diferentes unidades da universidade.

**JU — Como a USP pensa resolver a questão do pagamento dos inativos, que parece ser o “calcanhar de Aquiles” da autonomia da estaduais paulistas?**

**Marcovitch —** O “calcanhar” da autonomia tem dois tendões sensíveis: a questão dos inativos e a questão dos precatórios. Eu diria que, em ambos os casos, o problema é tão intenso ou até maior que na Unicamp. Nós herdamos dois problemas que vêm da época pré-autonomia, e que quando da autonomia passaram, eu não diria despercebidos, mas ao largo do projeto. O fato é que se entendeu que a porcentagem fixada sobre a arrecadação do ICMS para a universidade asseguraria suas atividades de manutenção, sem que tenha havido um encontro de contas do que a USP havia contribuído para a Previdência. Na medida em que a universidade sempre honrou suas contribuições ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp), nós precisávamos, em

segundo problema, que nos gera um constrangimento extremamente difícil, é a herança de precatórios que temos, as ações que professores e funcionários moveram contra o Estado no período pré-autonomia, mas que estão onerando o orçamento da universidade.

**JU — Mas se são do período anterior à autonomia, o certo não seria que onerassem o orçamento do Estado?**

**Marcovitch —** Assim entendemos, mas o entendimento do Estado passa pelo conceito de “porteira fechada”, quer dizer, a partir da autonomia de 89 tudo correria por conta da universidade. Este é um conceito que nós estamos procurando rediscutir. Até o presente, no entanto, nós só tivemos a possibilidade de explicitar esse ponto de vista. Não encontramos eco do lado do governo para essa interpretação, o que, ao cabo, gera uma pressão insustentável sobre o orçamento da universidade.

**JU — Do jeito que está, o atual modelo de autonomia, com todas as suas vantagens do ponto de vista acadêmico, financeiro e administrativo, tem futuro?**

**Marcovitch —** Eu conheci a falta de autonomia na década de 80, portanto a época em que o orçamento da universidade não tinha o vínculo atual com o ICMS. Na época eu era diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e presidente da Comissão de Orçamento e Patrimônio. Posso lhe assegurar que, apesar de todos os problemas atuais, a autonomia conseguiu resolver um da maior importância: ela trouxe realmente para dentro da universidade o seu poder de decisão. Antes da autonomia a vulnerabilidade da universidade era enorme. Basta lembrar que era preciso negociar a cada mês os recursos que lhe eram alocados. Isso fez com que o Estado, na sua lógica, passasse a

honrar somente a folha de pagamento, a parte fixa, praticamente não sobrando mais nada para qualquer tipo de investimento ou custeio. Se essa é a universidade que nós queremos, aí eu posso entender uma revisão do conceito de autonomia que foi conquistado. Agora, eu prefiro uma discussão de embate com o Estado, uma discussão de conteúdo que

leve em conta o fator expansão versus resultados. Eu prefiro isto à volta da universidade a uma dependência mensal do orçamento do Estado. E, veja, não estou querendo fazer futurismo — estou apenas utilizando a lógica de bom senso lastreada na experiência passada. ●

**“As universidades deveriam ter uma latitude para negociar acréscimos com base na expansão de suas atividades”**

1989, ter negociado o passado — afinal um ativo inequívoco da instituição. No mínimo era preciso saber quais eram esses ativos, e aqui é preciso lembrar que a contribuição histórica da USP é muito mais antiga do que, por exemplo, a de uma universidade mais jovem como é a Unicamp. O se-

## COOPERAÇÃO

# Universidade acorda para o Mercosul

Objetivo é buscar parcerias financeiras que visem ao desenvolvimento de projetos nas diversas áreas do conhecimento

## Raquel do Carmo Santos

**A**lavanca para as discussões em torno de um projeto institucional e temático na área do Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi acionada no último dia 15 de setembro na Unicamp. O ideal de motivar a Universidade no sentido de caminhar em uma única direção, a partir de um tema central, conseguiu despertar o interesse de diversos pesquisadores, que lotaram o auditório da Diretoria Geral da Administração (DGA), para a primeira reunião preparatória do projeto.

De acordo com o coordenador de Relações Institucionais e Internacionais (Cori) e idealizador do projeto, professor Mohamed Habib, o objetivo é lançar a Universidade no Mercosul e buscar parcerias financeiras para planos de ação que visem o desenvolvimento sustentável dos países envolvidos. O interesse pelo assunto pode ser aferido pelo número de adesões: além das 60 registradas no dia da reunião, outras 100 pessoas se interessaram em participar do projeto.

A primeira reunião serviu para estabelecer um cronograma de ações a serem desenvolvidas nos próximos três anos. Como consenso geral foi aprovada a realização, em abril de 1999, de um seminário amplo sobre o tema, que abarque várias áreas do conhecimento. "Tudo será preparado dentro de um padrão internacional, bem apresentado e de qualidade", esclarece o professor Mohamed. Na oportunidade os órgãos finan-

ciadores nacionais e internacionais terão acesso ao potencial acadêmico da universidade. "Se vamos buscar apoio financeiro, é necessário uma atividade que envolva a nossa realidade com esses órgãos", observa. A proposta então, seria a apresentação, durante o simpósio, de um número suficientemente grande de informações, que dificilmente os representantes das agências teriam conhecimento ao analisarem os projetos no papel.

Para o pró-reitor de Pesquisa, professor Ivan Emílio Chambouleyron, antes da realização do seminário, entretanto, a prioridade é promover um intercâmbio acadêmico com os outros países do Mercosul para avaliar a reação quanto à iniciativa da Unicamp e, assim, identificar algumas áreas que sejam particularmente importantes para se trabalhar. É necessário também, acredita, estimular a comunidade universitária e os parceiros no Mercado Comum a fim de se alcançar os resultados que o assunto merece. "Não devemos ficar isolados, temos que encontrar um terreno comum e isto se faz com intercâmbio de idéias e de pessoas", justifica o pró-reitor.

**Seminário** — Para a fase inicial do projeto devem ser convidados para o seminário representantes de instituições financeiras como Banco Mundial, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Ministério da Ciência e Tecnologia, e também representantes de universidades e embaixa-



Mohamed Habib: identificar áreas de trabalho

das do Brasil nos países envolvidos. Quanto aos pesquisadores da Universidade, estes devem contribuir através da elaboração de subprojetos em suas áreas de interesse para apresentá-los no seminário, em sessões de painéis.

Durante o encontro foi formada uma equipe acadêmica com representantes de diversas áreas (veja quadro acima), para atuar como uma espécie de conselho científico central. O grupo irá coordenar os trabalhos das diferentes etapas desde a elaboração do projeto até a sua conclusão, inclusive organizar as atividades do seminário. "Será um grande esforço intelectual para realizar algo à altura dos participantes", esclarece o professor Mohamed. Dentro do cronograma, também deverá haver tempo suficiente para que se inicie a elaboração dos subprojetos. No projeto temático e institucional, cada capítulo deverá ser representado por um subprojeto. As áreas de conhecimento da Unicamp serão agrupadas em três blocos: Humanas e Sociais, Exatas e Tecnológicas e Biomédicas. Para cada bloco haverá uma comissão científica.

**Atividades pós-seminário** — Seguindo o cronograma de ações serão necessários, em média, cinco a seis meses para que os organismos nacionais e internacionais apreciem as propostas. Calcula-se que em janeiro de 2000 já estarão sendo distribuídos os recursos.

Em julho de 2001 deverão ser concluídos os projetos e então poderá ocorrer um segundo seminário para a apresentação de painéis com os resultados dos trabalhos. A última etapa deve ficar por conta da elaboração do relatório final do projeto temático institucional e do encaminhamento das propostas para os órgãos governamentais. Com isso a Universidade cumpre seu papel de integrar as diversidades de idéias, além de oferecer aos povos dos países do Cone Sul propostas que possam contribuir para alcançar o desenvolvimento sustentável desses países, finaliza o professor Mohamed. As adesões ao projeto podem ser feitas pelo endereço: zem@turing.unicamp.br.

## Representantes do conselho científico central

**Flávio Marcílio Rabello**  
Instituto de Economia  
**José Carlos P. de Almeida Filho**  
Instituto de Estudos da Linguagem  
**Sandra de Negraes Brisolla**  
Instituto de Geociências  
**Luiz Augusto Magalhães**  
Instituto de Biologia  
**Nilson José Demange**  
Faculdade de Educação  
**Maria Antonia Martins Galeazzi**  
Faculdade de Eng. de Alimentos  
**Ademar Yamanaka**  
Faculdade de Ciências Médicas/  
Gastrocentro  
**Sinclair M. G. Guerra**  
Faculdade de Eng. Mecânica

## O Mercosul e o papel da universidade

**E**specialistas indicam que na questão econômica o Mercosul vai muito bem. Em outras áreas, no entanto, está aquém do que a sociedade espera e enfrenta sérias barreiras para se desenvolver. Neste cenário, a universidade, pela sua diversidade de idéias, tem um papel fundamental: contribuir para um desenvolvimento sustentável dos países envolvidos. Sobre como engajar a Unicamp no Mercado Comum do Sul, o coordenador de Relações Institucionais e Internacionais, professor Mohamed Habib, idealizador do projeto temático e institucional na área do Mercosul, fala ao Jornal da Unicamp.

**Jornal da Unicamp** — Qual o objetivo do projeto proposto pela Unicamp?

**Mohamed Habib** — Não só o Brasil, mas vários países enfrentam hoje uma séria crise. Neste contexto, a sociedade espera uma contribuição e uma participação maior da universidade na solução desses problemas. É um momento de desafio, mas também de certeza de que nossas qualidades profissionais podem ajudar o Brasil e os países vizinhos a saírem dessas dificuldades. A formação da união dos países do Cone Sul é, portanto, uma tentativa para somar os esforços de recursos humanos e a intelectualidade dos pesquisadores, para elaborar pro-

postas que permitam levar esses países a um patamar de vida melhor, dentro dos parâmetros científicos hoje reconhecidos.

**JU** — Do ponto de vista econômico, pelo que se sabe, o Mercosul vai bem. No que se refere às universidades, qual o nível de integração entre elas?

**Mohamed** — O Mercosul se preocupou, até esse momento, muito mais com acordos de comércio e econômicos/financeiros, deixando de lado temas de suma importância como meio ambiente, saúde, combate ao tráfico de drogas, segurança, transporte, educação e outros. Esses temas não receberam muita atenção. O objetivo da Unicamp hoje é investir em todas essas áreas, inclusive na economia. Entende-

mos que a economia vai ser sólida, quando a sociedade também for sólida nas demais áreas. Por exemplo, a economia num país em que a educação é abandonada fatalmente será fraca. A saúde não vai bem, a economia também não e assim por diante. A proposta da Universidade é trabalhar nas diferentes áreas do conhecimento para avançar um pouco mais. A integração das universidades dos países envolvidos ainda está muito longe do que se espera. Daí o objetivo de se promover o intercâmbio de pesquisadores.

**JU** — Que tipo de envolvimento a Unicamp poderia ter com as universidades argentinas, uruguaias, paraguaias, chilenas, peruanas, bolivianas e mexicanas, que compõem o Mercosul?

**Mohamed** — O envolvi-

mento com os países vizinhos deve se concentrar em duas linhas de atuação. A primeira é o intercâmbio entre professores. As visitas irão proporcionar uma maior qualificação do nosso quadro e também poderemos contribuir na qualificação de docentes de universidades que ainda não alcançaram o mesmo patamar da Unicamp.

A segunda linha seria o desenvolvimento de projetos e pesquisas em conjunto com essas outras universidades. Os pesquisadores poderão trabalhar em determinados temas cujos resultados finais poderão sustentar as propostas a serem encaminhadas aos diferentes governos.

**JU** — A convalidação de diplomas é uma proposta a ser estudada?

**Mohamed** — Dentro dos planos de promover a qualificação docente, também iremos tra-

balhar para uma maior integração dos cursos de graduação e isto implicaria em intercâmbio de alunos. Para tanto, seriam necessários alguns acordos a partir de análises de conteúdo dos cursos, a fim de garantir um padrão de qualidade aceito internacionalmente. Alcançando este padrão fica fácil firmar pactos de reconhecimento e convalidação de diplomas.

**JU** — Que benefícios as universidades envolvidas poderão ter com o Mercosul?

**Mohamed** — O benefício será duplo. O primeiro e mais importante será a contribuição com os povos do Mercosul a partir de propostas e trabalhos acadêmicos das universidades. O outro seria o ganho intelectual da integração com as comunidades científicas desses povos. Um benefício secundário seria o financiamento desses projetos. Este aspecto fará com que as universidades continuem trabalhando em suas atividades acadêmicas de forma menos sofrida pela falta de recursos.

**"A economia vai ser sólida quando a sociedade também for sólida nas demais áreas"**



## REORGANIZAÇÃO

## Trânsito no campus mobiliza prefeitura

Nove fiscais treinados pela Emdec estão fazendo um mapeamento das transgressões mais frequentes

**E**stacionar em paradas de ônibus ou de ambulâncias, na faixa de pedestres ou sobre calçadas constitui não somente uma infração sujeita às penalidades do Código Brasileiro de Trânsito como também causa grandes transtornos às pessoas que circulam no campus. Com esta filosofia, a Prefeitura Universitária vem adotando uma série de medidas. O grande número de infrações cometidas no campus, motivou a criação de uma área específica para cuidar do trânsito na Universidade e um conjunto de medidas voltadas para o problema.

Como parte das ações, que contarão com a atuação de nove funcionários uniformizados e treinados pela Empresa de Desenvolvimento de Campinas (Emdec), está sendo realizado um mapeamento das infrações, para identificação dos pontos críticos. Em seguida, os motoristas receberão avisos, informando o tipo de transgressão cometida, os transtornos que podem estar causando e quanto pagariam caso fossem multados. Desta forma, explica o responsável por esta nova atividade na Prefeitura, Jonas Lobo, o infrator pensará melhor antes de desrespeitar a sinalização. Em um segundo momento o nome do infrator será colocado na *home page* da Prefeitura "com o objetivo de que a comunidade ajude na mudança dos hábitos, intercedendo

junto a essas pessoas para que respeitem as leis de trânsito", comenta Jonas.

**Estacionamento** — Embora reconheça que existem problemas críticos de estacionamento, o prefeito da Unicamp, professor Orlando Fontes Lima Júnior, acredita que há várias possibilidades de se melhorar a mobilidade das pessoas e dos veículos dentro do campus. Uma sugestão é que as pessoas valorizem o hábito de caminhar, pois além de saudável contribui com a cidadania. Segundo ele, muitas pessoas estacionam em local proibido porque não se dispõem a andar um pouco mais.

De acordo com estudos realizados, um dos obstáculos é com relação à distribuição espacial de vagas nos estacionamentos. "Há um desbalanceamento em determinadas regiões do campus entre o número de vagas e a população fixa", explica. Para sanar a questão, o prefeito esclarece que estão sendo identificados locais potenciais para expansão de estacionamento. Entre as regiões consideradas como mais problemáticas estão a Faculdade de Engenharia de Alimentos, com projeção de 10 pessoas para uma vaga (10/1); o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (6/1), a Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (6/1) e a Área do Hospital das Clínicas (5/1), tudo isto sem considerar os visitantes.

O levantamento, entretanto, é apenas indicativo, pois não considera o número de pessoas que de fato utilizam veículos e sim a população geral. Por causa de uma defasagem existente no cadastro é difícil saber o número exato de veículos no campus. "As pessoas vendem os automóveis mas não comunicam o fato ao Serviço de Vigilância", explica o professor Orlando. Atualmente o número chega a aproximadamente 56 mil automóveis cadastrados, mas por estatísticas das guaritas cerca de 20 mil circulam diariamente pela Universidade. Até fevereiro do ano que vem, no entanto, todos os veículos serão recadastrados e desta forma haverá condições de identificar os automóveis que ainda compõem o quadro. Caso as medidas não surtam o efeito esperado, providências mais drásticas poderão ser adotadas, segundo o prefeito.

**Circular Interno** — Com o objetivo de facilitar o deslocamento das pessoas durante o dia, a Prefeitura reformulou o sistema do circular interno. Agora, duas linhas diferentes percorrem todo o perímetro da Universidade. Os horários encontram-se afixados nos pontos, juntamente com os telefones para reclamação, caso um dos ônibus deixe de cumprir o cronograma. "Fazemos questão de frisar que o usuário deve reclamar caso o serviço não funcione a contento. A idéia foi definir bem esses horários para que as pessoas

possam se programar melhor", justifica o prefeito. Nos horários de pico, como de almoço e no final do expediente, às 17h30, foram colocados carros extras para melhor suprir a demanda.

**Transporte fretado** — Outra medida para equacionar o problema da mobilidade no campus, foi com relação ao transporte fretado. A solução neste caso foi alterar, no período da manhã, o trajeto dos ônibus fretados com paradas mais próximas às unidades. Com isso, os ônibus não passam mais pela rotatória da entrada principal, o que aliviou o congestionamento do início da manhã na avenida de acesso ao campus, e ainda facilitou para o usuário que, não necessita utilizar o circular para ir a sua unidade. Quanto ao período da tarde, os ônibus fretados mudaram o local de estacionamento, dando mais fluidez ao trânsito e disponibilizando vagas de estacionamento em áreas críticas.

O trajeto das linhas também estão passando por reestruturação, o que possibilitou a economia imediata de R\$ 300 mil para o próximo ano, diz Jonas. Outra iniciativa em estudos é a possibilidade de automatizar este trabalho em conjunto com a Faculdade de Engenharia Civil (FEC), a fim de reduzir



Veículo sobre faixa: infração

ainda mais a ociosidade em determinadas linhas. Para conhecer o nível de satisfação dos usuários, a prefeitura planejou ainda uma pesquisa de opinião.

**Posto de Informações** — Outra novidade é a criação de um posto exclusivo de informações com o mapa do campus. Desde o dia 1º de outubro, o setor está funcionando ao lado da guarita 8, próximo à entrada para a área médica. Além de todo tipo de informação sobre eventos e sobre as unidades, o posto também conta com um sistema de busca de nomes e identificação do setor em que trabalha. O programa, desenvolvido pelo Centro de Computação, possibilita localizar as pessoas no campus mesmo que não se saiba a grafia correta do nome. (R.C.S.)

## lançamentos



EDITORA DA UNICAMP



**HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL VOL. 3**  
Teorias - Interpretações  
João Quartim de Moraes (org.)

**Coleção Repertórios**  
14x21 cm  
382 páginas  
R\$ 23,00

Aborda a influência de Gramsci e Althusser na esquerda brasileira, principalmente a partir dos anos 60. Vários aspectos do enraizamento do marxismo brasileiro entre 1945 e 1964 são examinados pelo autor. O Iseb, a trajetória político-intelectual de Luis Carlos Prestes e a concepção comunista da democracia estão entre eles. O autor também explica o atraso em termos de dualismo estrutural e a concretização do projeto cultural do PCB.



**AMERICANOS**  
Brito Broca

**Coleção Repertórios**  
14x21 cm  
100 páginas  
R\$ 11,00

Brito Broca girou o mundo para contar em detalhes a história do Brasil e dos países hispanos e anglo-americanos. Neste livro, o escritor volta a revelar a perspicácia, a sensibilidade, a sagacidade, a impetuosidade, a fidelidade e até mesmo o humor do cronista viajante.

O material originário é enriquecido com seis artigos sobre obras e escritores do Continente Americano selecionados por Alexandre Eulálio.

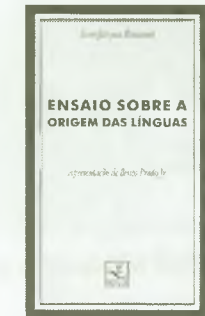


**FUNDAMENTOS DE TRANSFERÊNCIA DE MASSA**  
Marco Aurélio Cremasco

**Coleção Livro-texto**  
21x28 cm  
740 páginas  
R\$ 39,00

**Fundamentos de Transferência de Massa** é o primeiro livro a tratar da separação de um certo componente no seu aspecto básico, como é o caso do fenômeno molecular da difusão. O autor descreve, por intermédio de modelos matemáticos, esse transporte em várias situações físicas, como na difusão com reação química.

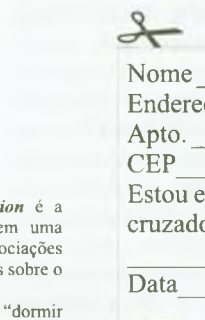
Na história da *Engenharia Química da Unicamp* este é o primeiro livro a ser escrito por um de seus professores, destinado tanto a cursos de graduação quanto de pós-graduação.



**ENSAIO SOBRE A ORIGEM DAS LÍNGUAS**  
J. J. Rousseau

**Coleção Repertórios**  
10,5x18 cm  
198 páginas  
R\$ 17,00

Mostra a originalidade da concepção rousseauiana da linguagem e suas conseqüências para a compreensão das idéias de verdade e justiça. Ao fazer da música o paradigma da linguagem, Rousseau teria dado novo destino à antiga idéia de Retórica, fazendo tremer o edifício da filosofia clássica.



**VALETES EM SLOW MOTION**  
Kiko Gólfman

**Coleção Momento**  
CD-Rom e Livro  
17x24 cm  
180 páginas  
R\$ 60,00

O objetivo principal de *Valetes em Slow Motion* é a investigação a respeito do tempo e do espaço em uma instituição carcerária. Nele, são apuradas as negociações sociais, as formulações simbólicas e as representações sobre o tempo no cotidiano penitenciário.

O termo "valetes" é uma referência à gíria carcerária "dormir de valete" (homens de frente um para o outro, em posição invertida), como uma crítica à escassez espacial na prisão.

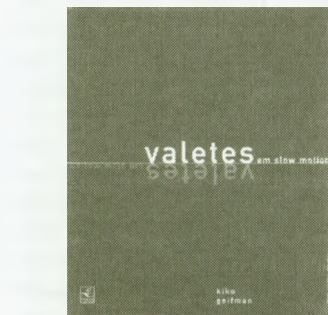


**TORNAR-SE ATOR**  
Uma análise do ensino de interpretação no Brasil  
Paulo Luis de Freitas

**Série Pesquisas**  
14x21 cm  
270 páginas  
Preço: 30,00

O livro foi elaborado com o objetivo de fornecer subsídios para a formação do ator e de provocar uma reflexão ampla e séria sobre os problemas que afetam esta classe.

Nesta obra, o autor questiona a qualidade dos cursos de teatro no Brasil, os tipos de escolas pelas quais muitos alunos passam em busca da formação de ator e aponta a falta de pesquisa acadêmica e de proposta filosófica como falhas no processo educacional brasileiro.



Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
Apto. \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_  
CEP \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_  
Estou enviando cheque em favor da Funcamp - Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, cruzado, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ relativo à(s) obras(s) \_\_\_\_\_ referência \_\_\_\_\_  
Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_



se este espaço não for suficiente para o seu pedido, use uma folha qualquer.

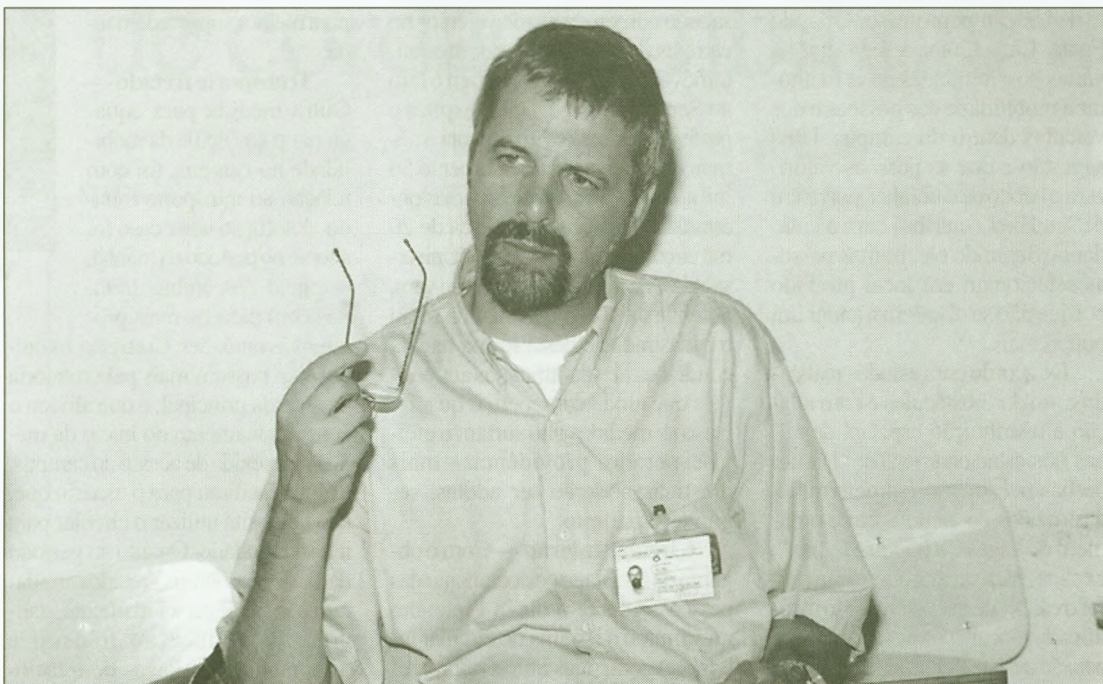
Para receber qualquer um destes lançamentos, preencha o cupom abaixo e remeta pelo correio para EDITORA DA UNICAMP - Campus Unicamp - Caixa Postal 6074 - CEP 13083-970 - Campinas - SP, juntamente com cheque nominal à Funcamp, cruzado, no valor do pedido.

À venda nas melhores livrarias do País ou pelos telefones (019) 788.1097 e 788.1094 na Editora da Unicamp  
Internet-<http://www.editora.unicamp.br>

## PSIQUIATRIA

# Pesquisa relaciona ansiedade e esquizofrenia

*Estudo foi feito a partir do acompanhamento de 39 pacientes*



**Dittmar: estimativas indicam que a esquizofrenia atinge 1% da população adulta mundial**

**C**arlos, de 42 anos, foi internado pela primeira vez quando diagnosticada sua esquizofrenia, aos 23 anos de idade. Esteve hospitalizado por nove vezes, a última delas cinco anos atrás. Apesar da psicopatologia com 25 anos de evolução, está bem preservado e estabelece bom contato com a realidade. É consciente dos problemas cotidianos e capaz de descrever suas emoções, fantasias e vivências com bastante precisão. Mas desenvolveu ao longo desses anos uma marcada desconfiança, principalmente em relação aos vizinhos que, ele supõe, o consideram "um vagabundo, um desocupado".

Sair de casa é para Carlos uma ação que traz sofrimento. Apenas se arrisca a deixar o interior de sua residência depois de tomados alguns cuidados especiais para suportar os elevados níveis de ansiedade, um dos traços dominantes no perfil dos sintomas atuais. Em seu comportamento podem ser observados fobias, obsessões e sintomas de ansiedade generalizada, capazes de interferir substancialmente no convívio social.

**Caracterização** — O estudo dos sentimentos de ansiedade e angústia de outros 39 pacientes fora de surto agudo, em acompanhamento clínico em hospitais-dia da cidade de São Paulo, que como Carlos têm o diagnóstico de esquizofrenia, possibilitou a concretização da tese de doutorado "Esquizofrenia e ansiedade: um estudo clínico sobre a ansiedade em pacientes esquizofrênicos", elaborada pelo psiquiatra Wulf Hermann Dittmar, com orientação do professor Paulo Dalgalarondo, da Facul-

dade de Ciências Médicas (FCM).

Na pesquisa, mediante um estudo transversal (realizado a partir de uma única avaliação), Dittmar demonstra que o paciente esquizofrênico desenvolve acentuados sintomas de ansiedade. Em mais da metade dos casos estudados, explica o psiquiatra, foi possível caracterizar o diagnóstico de pelo menos um dos

transtornos de ansiedade. "Como esses sintomas não são essenciais para a constatação médica de esquizofrenia, haveria nesses casos a concomitância de dois diagnósticos diferentes entre a esquizofrenia e os transtornos causados pela ansiedade", esclarece.

**Efeitos colaterais** — Priori-

zando duas variáveis do estudo — os estados e os transtornos de ansiedade —, o trabalho mostra que os sintomas são mais pronunciados entre os pacientes com alucinações e sensações de perseguidoriedade e que os sintomas negativos ou deficitários da esquizofrenia interferem relativamente pouco na manifestação da ansiedade. "Os sintomas depressivos,

também não raros na esquizofrenia, sobrepõem-se amplamente com as diversas formas de manifestações de ansiedade", assinala. Além disso, os efeitos colaterais decorrentes do uso de medicação antipsicótica muitas vezes confundem-se amplamente com a ansiedade.

O psiquiatra discute no trabalho, apoiado na pesquisa com os 40 pacientes que subsidiou sua tese, a validade de um diagnóstico de comorbidade entre os problemas decorrentes da ansiedade, e a esquizofrenia. "Na maioria dos casos, os transtornos de ansiedade são marcados por sintomas psicóticos", diz. Embora a presença de pânico e, entre outros, de fobias sociais tenha sido caracterizada em muitos casos estudados, a tese questiona a autonomia dos transtornos de ansiedade nos pacientes.

Apesar de a ansiedade se constituir em sintoma freqüente na esquizofrenia, e também em outros diagnósticos psiquiátricos, lembra Dittmar, são raros os estudos clínicos que a correlacionam com a psicopatologia. Nesse sentido, o psiquiatra espera que seu trabalho constitua contribuição útil para o clínico habituado ao acompanhamento de pacientes esquizofrênicos. "A ansiedade, nesses casos, deve ser compreendida como manifestação emocional de um paciente que tem percepção distorcida da realidade e que acredita ter sua integridade posta em risco a partir de ameaças delirantes", acrescenta Dittmar, estimativas indicam que ela atinge 1% da população adulta mundial. (M.C.P.)

## COMPORTAMENTO

## O malandro de Noel a Vinícius

*Mestrado desenvolvido no IFCH enfoca mutações da malandragem no teatro de revista e na música popular*

### Antônio Roberto Fava

**A**ndar macio, cheio de ginga, e uma linguagem toda própria. O malandro brasileiro sempre foi visto como sinônimo de embuste, do sujeito que não gosta de trabalhar. Lenço no pescoço, terno branco e chapéu Panamá. Durante décadas ele brigou, fez da navalha a sua arma preferida, jogou capoeira e desafiou a polícia.

Durante dois anos e meio o historiador Tiago de Melo Gomes investigou a figura do malandro retratada em peças de teatro de revista e na música popular e verificou que, a partir de 1920, ainda que mantivesse esse perfil característico, o malandro passou a ser encarado de forma pitoresca, engraçada e até mesmo curiosa. E a idéia de não apreciar muito o trabalho passou a ser interpretada como sintoma de esperteza e de astúcia, dando-lhe um status mais elevado no imaginário popular.

Essa constatação faz parte da dissertação de mestrado "Lenço no pescoço: o malandro no teatro de revista e na música popular — nacional, popular e cultura de massa nos anos 1920", apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), sob a orientação do professor Robert Slenes. Segundo

o pesquisador, esse perfil de malandro e o estigma de ser especialista por natureza na "viração" e na malandragem começou a mudar com o fracasso do processo da imigração dos italianos, portugueses, espanhóis e japoneses, quando o governo brasileiro os mandava para cidades do interior a fim de trabalhar na agricultura, pagando baixos salários. Isso foi, talvez, uma das razões que os motivaram a fazer greves constantes. Com isso, a sociedade brasileira começou a perceber que os trabalhadores brasileiros não eram assim tão indolentes, "que muitas vezes usavam a esperteza e a habilidade para se safar de determinadas situações, o malandro dos anos 20 passa então a ser visto como figura simpática e cativante, um símbolo nacional pouco ameaçador", ressalta Tiago.

Para concluir o seu trabalho, o historiador analisou mais de 100 músicas de autores como Noel Rosa, Wilson Batista, Ari Barroso e Vinícius de Moraes, entre outros,



**Tiago: análise de mais de 200 músicas e peças teatrais**

e igual número de peças de teatro onde a figura de destaque era o malandro. No samba *Não tem Tradução* — "Tudo aquilo que o malandro pronuncia/com voz macia/é brasileiro/já passou de português" — Noel Rosa (1910-1937), numa clara demonstração de sua tendência nacionalista, ao criticar os americanismos, coloca na boca do malandro o falar à brasileira, que diferenciava a nossa língua da falada em Portugal. "Noel defende a língua brasileira, o jeito brasileiro de falar e repudia o uso excessivo de termos ingleses", diz Tiago.

**Ambivalência** — O pesquisador pôde concluir que os compositores da época eram um tan-

to limitados em termos de criatividade, principalmente quanto aos temas dos sambas, os mesmos vocábulos, os mesmos personagens, sobretudo a mulher, a cor da pele, do cabelo, da malandragem ou do malandro. Em *Viva a Malandragem*, de Vinícius de Moraes, de 1930, "fala do malandro como se fosse uma figura simpática e cortês, e isso mostra que na classe mais alta a figura do malandro já não assustava", diz Tiago. Às vezes a figura do malandro era ambivalente, ora mostrando-se violento, usando navalha, ora provocando empatia no meio em que vivia.

Havia músicas, por exemplo, cuja letra muitas vezes elogiava a malandragem, como no samba *Ora vejam só*, de Sinhô, gravado por Francisco Alves. Para o pesquisador "é possível observar, embora um explícito elogio à malandragem, uma definição do termo que foge ao conceito de negação de valores tradicionais da burguesia. Aparece também

bastante ligada à idéia de necessidade de sobrevivência, isto é, de contingência, mais que filosofias de vida ou escolha pessoal." Há sambas nos quais o narrador discute a questão da malandragem e o amor malsucedido. Enquanto Vinícius de Moraes via a malandragem sob um prisma mais estilizado, compositores como Noel Rosa, Pixinguinha e Wilson Batista preferiam retratar o cotidiano das classes mais baixas. Um dos maiores sucessos no gênero foi *Lenço no Pescoço*, de Wilson Batista, de 1932, gravado por Silvío Caldas, que fala: "Meu chapéu de lado/tamanco arrastando/lenço no pescoço/navalha no bolso/eu passo gingando/provoco e desafio/eu tenho orgulho de ser tão vadio". O samba malandro, segundo Tiago, apresenta-se como um reflexo do momento de seu surgimento na cultura de massa.

Um texto clássico da época é *Seu Julinho Vem*, de Freire Júnior, escrito em 1929. A peça narra o conflito do prefeito do Rio de Janeiro da época, Prado Júnior, que queria derrubar o morro da favela local. Aí entram em cena o malandro e a mulata, cantando um samba denunciando que o Brasil verdadeiro está nas favelas. Depois de muita briga e discussão o casal acaba convencendo o prefeito a manter o morro intacto.

# Roteiro de Oportunidades

Há 500 anos Colombo descobriu a América e também descobriu como pôr um ovo em pé. Há 13 anos o Jornal da Unicamp tornou-se o veículo perfeito para falar com a população\* da Unicamp.

\* mais de 20 mil alunos, mais de 2 mil professores, mais de 6 mil funcionários, mais de 5 mil fornecedores e terceiros que prestam serviço no Campus

## Você já descobriu o Jornal da Unicamp?

Jornal da Unicamp.  
 Não é antigo como o descobrimento da América, mas já virou o ovo de Colombo para comunicação direta com um público altamente qualificado.  
 Ligue para anunciar: (019) 289-3134.

## PROMOÇÃO

# BLUSINHAS A R\$ 10,00

Loja 1 - Galeria Flamboyant  
 Av. Albino J. B. Oliveira 830 - Fone (019) 289-9684

### Elisa com S

Acessórios de Decoração

MOVEIS PARA INTERIOR E EXTERIOR  
 OBJETOS E PRESENTES PARA DECORAÇÃO  
 LISTA DE CASAMENTO  
 Fone/Fax: (019) 289-3113  
 GALERIA FLAMBOYANT  
 Loja 07 - 1º piso  
 Barão Geraldo

Valise de Cronôpio

SEBO & BRECHÓ

Livros, Gibis, Móveis  
 CD's, Roupas, Tapetes

Av. Santa Isabel 246  
 Barão Geraldo  
 Fone 289-0028

### INSTITUTO DE BELEZA

Cortes masculino, feminino, infantil  
 Manicure Pedicure  
 Atendimento com hora marcada  
 289-0877

Rua Dr. José Anderson 435A  
 (ao lado do B. Real, próx. ao HC)  
 Cid. Universitária - Barão Geraldo

## FLUÊNCIA EM INGLÊS

Vantagens Planet

- Salas Falantes
- Estúdio de Filmagem
- Multimídia
- Plantão SOS
- Biblioteca/Videoteca
- Closed Caption

# PLANET IDIOMAS

Aprendizado Garantido ou seu dinheiro de volta, EM DOBRO

Av. Dr. Romeu Tórtima, 391  
 Barão Geraldo Fone: 288.0071

TECNOLOGIA DE ALIMENTOS A SERVIÇO DA SOCIEDADE

## Pirâmide

O MELHOR EM ALIMENTOS

289.11.19  
 Av. 2, nº 424  
 Cidade Universitária

UNICAMP  
 Professor, Funcionário, Aluno  
 desc. 50% ppto. à vista

### PADARIA E ROSTICERIA

de 7:30 a 23 h

### LANCHONETE

de 16 a 23 h

### PALÁCIO DE CHÁ

happy hour / chá / jantar  
 de quarta a domingo, 16 a 23 h  
 café da manhã  
 sábado e domingo, de 9 a 13 h

## BUFFET UNIÃO

19 anos de Tradição

### TUDO PARA FORMATURA

Salão para 2.000 pessoas. Colação, coquetéis, jantares; baile de formatura e outros eventos.

Orçamentos: (019) 231-5956 - 231-7815  
 SEM COMPROMISSO. FACILITA-SE O PAGAMENTO.

R. Abolição 1.580 - Ponte Preta - Campinas - Próx. ao Hipermerc. Extra

### INFORMÁTICA CARUSO

## TecNisys

### VENDAS MANUTENÇÃO

Loja 1 - R. Luíza de Gusmão 477  
 V. Nogueira - Campinas  
 Fone (019) 256-1170

Loja 2 - Av. Dr. Romeu Tórtima 413  
 Barão Geraldo - Campinas  
 Telefax: (019) 289-2734

## NOVO SELF-SERVICE A R\$ 10,00

### COM SUCO DE LARANJA INCLUSO

ALMOÇO COM CARNES, MASSAS, SALADAS, BACALHAU

Experimente esta deliciosa novidade.

Galeria Flamboyant  
 Barão Geraldo - Campinas

Café Cremona  
 DOCES E SALGADOS

## O pré-natal dos dentes saudáveis.

A saúde da dentição começa antes de nascerem os dentes. Antes mesmo de nascer o Bebê.

CENTRO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PREVENTIVO PARA GESTANTES, BEBÊS E CRIANÇAS

Márcia Amar de Paula Eduardo  
 Especialista em Odontopediatria CROSP 42907

Galeria Flamboyant, loja 16  
 Fone (019) 289-6648  
 Barão Geraldo - Campinas

## Agora com Foto Ferrari, Galleria Shopping é também lugar de boas fotos.

Câmeras KODAK, CANON, PENTAX, YASHICA, NIKON, tripés, flashes e acessórios

# FOTO ÓPTICA FERRARI

Venha pro Ferrari. Sua foto merece ir pro Galleria.

Revelação 1 hora

Kodak EXPRESS

José Paulino 925 (foto) F. 231-5877 Unimart F. 744-6909  
 J. Paulino 895 (óptica) F. 231-5877 Iguatemi F. 252-0655  
 Treze de Maio 458 - F. 234-8985 Galleria F. 207-1128

## Livraria e Papelaria Angepel

Livros Didáticos Material Escolar e Escritório  
 Impressos Fiscais Xerox e Encadernação

Rua Horácio Leonardi, 12 - B. Geraldo  
 Campinas

LIVRARIA E PAPELARIA TOLEDO  
 na Faculdade de Educação Unicamp  
 Fone: 788-5560

(019) 289-6303  
 289-6304

ENTREVISTA: JEAN CLAUDE MARTIN

# Bons ventos na cooperação com a França

*Cofecub vai intensificar programa com as universidades*

**A** cooperação acadêmica e científica com a França já é a maior que o Brasil mantém com qualquer outro país, mas pode ser intensificada. É o que assegura o presidente do Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub), professor Jean Claude Martin, que esteve recentemente na Unicamp para uma reunião de trabalho com o reitor Hermano Tavares.

**Jornal da Unicamp — Quais os objetivos de sua visita ao Brasil?**

**Jean Claude** — Foram vários. O primeiro foi consolidar entendimentos com a Capes para a preparação da comemoração dos 20 anos dos acordos entre essa entidade e o organismo que dirijo, o Cofecub. Temos um programa de cooperação científica muito importante, na verdade o mais importante não só entre o Brasil e a França, mas também entre o Brasil e qualquer outro país. Outro

objetivo foi encontrar pessoas do meio universitário do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Campinas com o propósito de incrementar a cooperação já existente e discutir possibilidades novas, incluindo um contato importante com a Fapesp.

**JU — Os entendimentos com a Fapesp são uma novidade?**

**Jean Claude** — São uma frente nova. Depois de 20 anos, a cooperação franco-brasileira mudou muito e agora temos que adaptá-la à situação atual, sem qualquer prejuízo para a cooperação com a Capes.

**JU — Quer dizer, o Cofecub já está buscando até uma regionalização dos laços de cooperação com o Brasil?**

**Jean Claude** — Primeiro trata-se de uma cooperação entre os dois países, França e Brasil. No entanto, do lado francês, tem-se em conta que o Estado de São Paulo detém uma parte importante da economia brasileira, da ciência e do ensino superior.

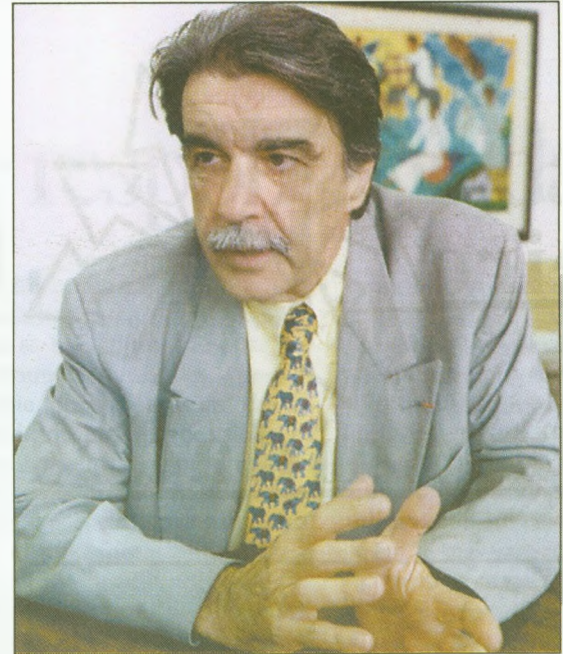
**JU — Como o sr. avalia o atual momento da cooperação universitária entre França e Brasil?**

**Jean Claude** — Poderia ser melhorada, mas um exemplo para efei-

to de comparação com outros países é que nosso intercâmbio começou muito antes, há 20 anos, sendo organizado de uma maneira contínua durante duas décadas, sempre se desenvolvendo e adaptando-se às evoluções do cenário. Num primeiro momento essa cooperação contemplou, por exemplo, a implantação do sistema de pós-graduação nas universidades do Nordeste, mas agora mudou muito. A cooperação máxima é com o Estado de São Paulo. Quer dizer, num primeiro momento a prioridade era desenvolver pós-graduação, e isso foi feito. Naquele início havia uma prevalência das ciências humanas, mas depois as engenharias se desenvolveram e então os acordos passaram a contemplar também essa área. Agora eu posso dizer que as coisas vão de uma maneira ideal. Mais dinheiro seria melhor, mas acho que as coisas andaram bastante bem.

**JU — É possível mensurar o programa existente?**

**Jean Claude** — Temos hoje 132 acordos envolvendo equipes brasileiras e francesas. Desses, 40% se referem a desenvolvimento de pós-graduação e 60% financiam grupos de pesquisa.



O professor Jean Claude Martin, presidente do Cofecub

**JU — É possível comparar esse programa, por exemplo, com algum desenvolvido pela França na América Latina?**

**Jean Claude** — Não. O programa da França com o Brasil é o mais importante entre todos os que estão formalizados de governo a governo, incluindo os Estados Unidos. Estou excetuando aqui os contatos individuais ou de universidade para universidade. O que quero dizer é que, no plano dos programas de cooperação acadêmica e científica entre o governo francês e qualquer outro governo, não há nenhum tão forte quanto o estabelecido com o Brasil. Em outras palavras, o convênio com o Brasil é o mais importante para a França e acredito que também para o governo brasileiro, porque tem 20 anos, porque foi constante e também porque funciona muito bem.

**JU — O sr. considera que os pro-**

**jetos com a Unicamp estão em bom patamar ou podem ser intensificados?**

**Jean Claude** — Estive conversando com o reitor Hermano Tavares nesse sentido. A Unicamp tem primado por saber manter suas especialidades e é uma universidade muito mais conhecida na França que há dez ou 15 anos. Então eu imagino que os nossos projetos de cooperação podem e devem ser intensificados.

**JU — Existem áreas acadêmicas específicas que o programa gostaria de ver estimuladas?**

**Jean Claude** — Não. Eu acho que o programa funcionou adaptando-se progressivamente, naturalmente, à trajetória das universidades brasileiras. Primeiro com as ciências humanas, em seguida com as engenharias e a ciência básica, entre outras frentes. Nosso ponto de equilíbrio, agora, é a homogeneidade. (E.G.)

## CIÊNCIA

# Da divulgação ao reconhecimento

*Pesquisadora estabelece relação entre publicação e recompensa no meio acadêmico*

**D**e acordo com o sociólogo espanhol Robert Merton, embora o reconhecimento científico seja uma necessidade inerente a todos os pesquisadores que buscam espaço e legitimação para seus trabalhos, o uso dos canais de comunicação para divulgar a produção acadêmica e a forma de organização das pesquisas produzidas variam significativamente entre as diversas áreas do conhecimento.

Recentemente, uma pesquisa desenvolvida na Unicamp pela biblioteconomista Elena Maritza León Orozco, de Costa Rica, comprovou que a situação descrita por Merton, um estudo do sistema de recompensa na ciência, pode também ser observada em quatro unidades da instituição.

Por meio de informações quantitativas obtidas em anuários estatísticos da Universidade e em curriculum vitae de professores dos Institutos de Física (IF), Química (IQ), Biologia (IB) e Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), a pesquisadora constatou que o sistema de recompensa varia tanto no que se refere a padrões de publicação e organização do trabalho quanto em sua relação com a questão de gênero.

“Pesquisadores das ciências sociais, exatas e biológicas se

comportam de maneira diferente para procurar reconhecimento científico. Essa diferença obedece não somente às características próprias de cada área mas também à trajetória de institucionalização que cada uma delas teve em um determinado contexto”, explica Elena.

A comunidade acadêmica do Instituto de Física, por exemplo, caracteriza-se por ser altamente cosmopolita, procurando um vínculo mais estreito com a comunidade científica internacional por meio da publicação de artigos em periódicos internacionais. Já nos Institutos de Química e Biologia, os cientistas parecem dar prioridade ao contato com seus pares em âmbito nacional. Nas ciências humanas e sociais, pelo fato de as pesquisas enfocarem a problemática nacional, a prioridade dos pesquisadores é publicar trabalhos em revistas nacionais e, de preferência, dirigidas ao público leigo.

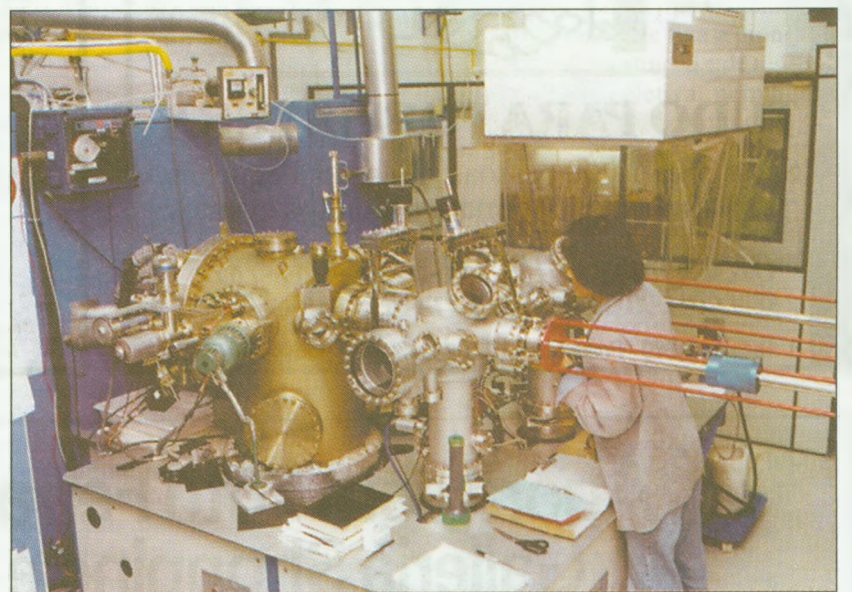
**Questões de gênero** - Além de investigar o uso de diferentes canais para divulgação dos trabalhos acadêmicos, Elena procurou também fazer uma relação entre gênero e recompensas no mundo acadêmico. A intenção da pesquisadora era descobrir se as mulheres acadêmicas sofriam discriminação na Unicamp ou se eram recompensadas da mesma maneira que os

homens por contribuições semelhantes.

Dados da literatura internacional apontam que, em países como os Estados Unidos, a discriminação ainda é um entrave à participação da mulher na comunidade acadêmica. No entanto, ao reunir uma amostra de 75 pesquisadores da Unicamp, Elena constatou que não havia desigualdade entre homens e mulheres.

Outro dado interessante decorrente das entrevistas com pesquisadoras foi a identificação de, pelo menos, três tipos distintos de comportamento das mulheres cientistas. “Num primeiro grupo enquadravam-se as mulheres que queriam realizar-se profissionalmente e participavam ativamente das tarefas acadêmicas, separando muito bem suas responsabilidades como esposa e mãe das atividades universitárias”, atesta. Essas mulheres não admitiam qualquer justificativa ligada à sua condição de gênero para explicar nem a estagnação nem o sucesso na carreira.

No extremo oposto, estavam as cientistas que consideravam suas as responsabilidades familiares, admitindo a participação do homem apenas como prove-



Laboratório do Instituto de Física: cosmopolitismo

dor econômico do lar. Estas mulheres mostravam-se dispostas a sacrificar sua carreira em função do desenvolvimento profissional do companheiro.

Finalmente, num terceiro grupo, foram enquadradas as mulheres que tentavam equilibrar a carreira e a família, integrando o exercício acadêmico com a vida pessoal. Para isso, procuravam construir um novo modelo de vida acadêmica em que outras atividades, como orientação e docência, fossem tão valorizadas quanto a pesquisa.

As considerações de Elena sobre o tema resultaram na primeira tese defendida no De-

partamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp. O trabalho, intitulado “Sistema de recompensa na ciência: especificidades e condicionantes em algumas áreas do conhecimento”, teve orientação da professora Léa Maria Leme Strini Velho. Segundo Elena, o estudo deve abrir caminhos para que outros pesquisadores reflitam sobre o sistema de recompensa na ciência brasileira, um tema ainda pouco estudado em países como o Brasil, considerado cientificamente periférico. (M.T.S.)